

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA



MENSAGEM DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Prezadas Defensoras e Prezados Defensores Públicos do Estado de Pernambuco,

À medida que nos aproximamos do encerramento deste ano, é com imenso apreço e gratidão que me dirijo a vocês.

Este período é propício para uma pausa reflexiva sobre as notáveis conquistas e os desafios superados que marcaram nossa jornada conjunta. Em cada passo dado, evidenciamos um compromisso inabalável com a justiça e a defesa incansável dos direitos daqueles a quem servimos.

O ano de 2023 foi marcado por avanços significativos, frutos do comprometimento e da habilidade inigualável de cada membro desta estimada Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. Nossas vitórias vão além dos casos individualmente bem-sucedidos; elas simbolizam o amadurecimento e fortalecimento de nossa instituição.

É com orgulho que compartilho que, ao longo deste ano, alcançamos conquistas estratégicas, visando não apenas o aprimoramento de nossas atividades, mas também a valorização e o reconhecimento de cada defensor e defensora. Um dos destaques é a significativa expansão de nosso quadro, garantindo um alcance mais amplo e eficaz no atendimento à população que depende de nossos serviços.

Em paralelo, dedicamo-nos intensamente ao aprimoramento da estrutura da Defensoria Pública, criando um ambiente mais propício e eficiente para o desempenho de nossas funções, bem como assegurando a excelência no atendimento ao público. Somos movidos pela convicção de que a força de uma instituição está na solidez de suas bases.

Conscientes do incansável esforço de cada um, estamos ativamente buscando a implementação da equiparação remuneratória com as carreiras do Sistema de Justiça, refletindo na importância vital de nosso trabalho. Esse reconhecimento é crucial para a manutenção da motivação e do engajamento de nossa equipe, e estamos comprometidos em assegurar condições mais equitativas e dignas.

Ademais, mantemos nosso olhar atento à necessidade de reforçar o quadro de apoio da Defensoria Pública e a busca pelo atendimento presencial em todas as comarcas do Estado.

Este momento é de celebração, de reconhecimento e de renovação de esperanças para o futuro. Sou profundamente grato a cada um de vocês pela incansável dedicação e comprometimento demonstrados ao longo deste ano.

Juntos, seguiremos fortalecendo uma Defensoria Pública cada vez mais empoderada, comprometida com os direitos das pessoas vulnerabilizadas, prestando um serviço público de excelência.

Desejo a todos um Natal repleto de paz e um Ano Novo brilhante, com muitas realizações tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

Henrique Lix....

Atenciosamente,

Henrique Costa da Veiga Seixas Defensor Público-Geral do Estado de Pernambuco

RELATÓRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

No ano de 2023, celebramos a conquista excepcional de alcançar a meta de cerca de 2.000.000 (dois milhões) de atendimentos e atos na área de atendimento jurídico e prestação de serviços.

A Defensoria Pública-Geral expediu 947 (novecentos e quarenta e sete) Ofícios às Instituições e Órgãos Públicos, 2.583 (dois mil quinhentos e oitenta e três) despachos em Procedimentos Administrativos e 1.623 (hum mil seiscentos e vinte e três) Atos Administrativos publicados em Diário Oficial.

Foram realizadas Reuniões de Monitoramento períodicas com as Subdefensorias, Corregedoria-Geral, Coordenadoria de Gestão, Recursos Humanos, Ouvidoria e ASCOM.

Realizamos visitas institucionais e recebemos na Defensoria Pública representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e dos principais Comunicadores do Estado.

• QUANTITATIVO DE COMARCAS ABRANGIDAS PELA INSTITUIÇÃO

A Defensoria Pública passou a atuar presencialmente em 97 (novente e sete) das 130 (cento e trinta) Comarcas regularmente instaladas no Estado de Pernambuco, sendo as demais atendidas pelo Núcleo Digital.

Avançamos com aumento estratégico no número de Defensores e Defensoras Públicas designados para atuar na Região Metropolitana, sobretudo nas cidades de Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes.

QUANTIDADE DE DEFENSORES

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco também avançou no aumento de Defensores(as) Públicos(as), no ano de 2022, chegamos a ter no quadro 293 (duzentos e noventa e três) Defensores(as) Públicos(as) e finalizamos o ano de 2023 com 314 (trezentos e quatorze).

• EMENDAS ESTADUAIS E FEDERAIS

Ultrapassamos a marca de mais de 1 milhão de reais em emendas estaduais e federais recebidas (record anual).

ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Passamos a contar na instituição com apoio Militar, Bombeiro Militar e Policial Penais, assim como um efetivo de 41 (quarenta e um) guardas patrimoniais que trazem mais segurança aos nossos trabalhos e economia de gastos.

DIÁRIO OFICIAL

Implantamos o Diário Oficial próprio, trazendo autonomia de nossas publicações e economia de gastos.

• SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Implatação do Sistema Solar em 100% das unidades da Defensoria Pública.

Introdução de novos sistemas, como CRC (Central de Informações ao Registro Civil), SIEL (Sistema de Informações Eleitoral), INFOSEG, representando um avanço notável na agilidade e eficácia dos serviços prestados.

OUVIDORIA EXTERNA

Implantação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023-2027

Conclusão do Planejamento Estratégico para os anos de 2023-2027.

• AÇÕES DE CIDADANIA

Recorde histótrico de ações, incluindo maior casamento comunitário da história do Estado de Pernambuco, o qual contou com 1.000 (um mil) pessoas.

• PREMIAÇÕES

Selo Esperança Garcia 2023 (boas práticas antes racistas nas Defensorias Públicas do Brasil); Prêmio de Inovação J.Ex.

• RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE COMPUTADORES

Aquisição de 420 (quatrocentos e vinte) novos computadores.

• ESCOLA SUPERIOR

Realização dos primeiros cursos de capacitação da Escola Superior.

PINCIPAIS RESOLUÇÕES

Novo Regimento Interno da Corregedoria.

Adoção de critérios para promoção por merecimento e antiguidade.

Vedação ao Nepotismo.

Nova regulamentação do NUDEM ampliando suas atribuições.

• EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA COM DEMAIS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Encaminhamento e aprovação dos Projetos de Lei nº 1476 e 1477 para a ALEPE, que visam a equiparação remuneratória com as demais instituições do Sistema de Justiça, recompondo nossos vencimentos em 38% até 2026, bem como cria quadro de pessoal dos serviços auxiliares da Defensoria e 100 (cem) cargos de assessor defensorial.

Recomposição do Auxílio saúde em 100%.

No decorrer deste documento seguem relatórios das Subdefensorias.

Portanto, registramos um ano de 2023 marcado por uma gestão cada vez mais profissional, conquistando realizações extraordinárias, refletindo o seu comprometimento em expandir a atuação da Defensoria Pública de Pernambuco, fortalecer seu quadro e adotar práticas eficientes para melhor servir à população do Estado.



Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado

SUBDEFENSORIA CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR



SUBDEFENSORIA CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

A Subdefensoria Cível e Criminal do Interior tem circunscrição em todo o interior do Estado e em todas as áreas de atuação da Defensoria Pública.

Diante desse quadro, é importante frisar a atuação conjunta com outras Subdefensorias, principalmente Execução Penal e Causas Coletivas, incluindo setor de Ações de Cidadania, rotineiramente e em perfeita harmonia.

A atuação da Subdefensoria do Interior consiste em dar apoio e condições necessárias para o desempenho satisfatório da atividade fim da Defensoria Pública no interior. Neste diapasão, visitas e reuniões são comuns e o diálogo com os Coordenadores e defensores é diário.

Há 28 (vinte e oito) Núcleos Regionais, incluindo o Núcleo Digital, que atua nas 37 (trinta e seta) Comarcas em que não há atuação ordinária de Defensor Público.

A atuação também ocorre nos 16 (dezesseis) pólos de Custódia no interior, garantindo sempre a atuação defensorial. Além disso, organizamos a atuação nos plantões judiciários, em todo o interior do estado, nos finais de semana e feriados.

Para tanto, a equipe administrativa é composta pelo Subdefensor do Interior (Rafael Bento) e 04 (quatro) colaboradores administrativos.

Organiza-se a pauta de júris do interior, com atuação aproximada da Defensoria Pública em 600 (seiscentos) júris no ano de 2023. A atuação resultou em praticamente zero em nomeações para advogados dativos.

No que se refere a Comarcas atendidas, neste ano conseguimos iniciar a atuação em 05 (cinco) Comarcas: Amaraji, Canhotinho, Bom Conselho, Caetés e Petrolândia.

Reformulamos a atuação nos principais Núcleos Regionais, o que possibilitou, por exemplo, melhoria no atendimento de saúde em Petrolina e na Defesa da Mulher Vítima de Violência em Caruaru.

Em parceria órgãos públicos das três esferas governamentais e com entidades privadas, realizamos 25 (vinte e cinco) Ações de Cidadania no interior, levando diversos serviços jurídicos e sociais, com utilização das nossas unidades móveis.



SUBDEFENSORIA CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR

Neste ano, Garanhuns e Lajedo ganharam novos Núcleos de Atendimentos e diversos outros Núcleos obtiveram melhorias nos imóveis e nos equipamentos. Além disso, foram contratados 20 (vinte) novos estagiários de graduação para o interior.

As melhorias administrativas repercutiram em acompanhamento adequado de todas demandas judiciais e aumento de atendimento nos Núcleos em aproximadamente 10%. Ainda, possibilitou e capacitou a Defensoria Pública para atuação de demandas coletivas, como a defesa dos socialmente vulneráveis nos conflitos fundiários em todas as regiões do interior do Estado.

Durante o ano de 2023, implantamos o Sistema Solar (sistema de dados finalísticos) em todo o interior. Por esse motivo, é difícil quantificar cada ato praticado, mas a nova ferramenta possibilitará um melhor acompanhamento numérico para os anos posteriores.

Apesar da visível evolução, com o reconhecimento institucional e o surgimento de novas demandas, a necessidade de atuação defensorial só cresce. Neste sentido, o principal problema encontrado na Subdefensoria do Interior é a ausência de quadro de pessoal adequado, seja de membros para ampliação das Comarcas, seja em quadro de apoio para dar suporte ao Defensor Público e melhoria no atendimento.

Neste sentido, além de mais Defensores Públicos, a Defensoria Pública de Pernambuco, no interior do Estado, necessita de pelo menos 100 (cem) estagiários de graduação remunerados e 50 (cinquenta) colaboradores administrativos, além do quadro já existente.

Sendo o que se apresenta para o momento, encaminho este Relatório simplificado das atividades ao Defensor Público Geral.

Recife, 04 de dezembro de 2023.

RAFAEL BENTO DE Assinado de forma digital por RAFAEL BENTO DE LIMA NETO:04273289423 NETO:04273289423 -03'00'

Rafael Bento de Lima Neto Subdefensor Cível e Criminal do Interior



Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado

SUBDEFENSORIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO



RELATÓRIO SUBDEFENSORIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DA CAPITAL

Recife/PE, 04 de dezembro de 2023.

Apresentação:

A Subdefensoria de Mediação e Conciliação é órgão pertencente à estrutura organizacional da Defensoria Geral do Estado de Pernambuco, criada no ano de 2022, através de LEI COMPLEMENTAR Nº 473, DE 10 DE JANEIRO DE 2022, art. 25, §5º, para auxiliar nos assuntos institucionais, jurídicos e administrativos relativos à temática. É importante destacar que além do Núcleo temático da Mediação e Conciliação, estão vinculados à referida Subdefensoria, o Posto avançado da Boa Vista e o Setor de DNA.

Atualmente, a gestão da Subdefensoria de Mediação e Conciliação é realizada pela Defensora Pública Estadual, Drª. *Jeovana Colaço*, cujo marco inicial de sua gestão data de <u>03</u> de julho de <u>2023</u>, atuando em parceria com a Coordenadora do Núcleo de Mediação Drª. *Ana Cristina Pereira*.

A composição atual da mediação conta com 15 defensores (as) Públicos (as), com o total de 10 estagiários, bem como, com as profissionais do corpo administrativo, equipe responsável em entregar a sociedade Pernambucana a restauração da paz social e a redução significativa de demandas litigiosas ajuizadas.

E assim, com o intermédio e atuação da equipe de mediação capacitada, somada a participação ativa das partes envolvidas no conflito, todos empenhados na busca de um resultado satisfatório, preservando o relacionamento existente entre elas, é permitido um acesso alternativo à justiça de forma efetiva e rápida, através da autocomposição.



EQUIPE SUBDEFENSORIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DA CAPITAL

_	Defensores(as) Públicos(as) LOTADOS (AS)	Matrícula
01	Drª. Antonieta Woina	118.290-0
02	Drª. Jeovana Colaço	297.292-1
03	Drª. Lúcia Autran	088.845-1
04	Dra. Viviane Sotero	256.023-2

_	Defensores(as) Públicos(as) ACUMULAÇÃO	Matrícula
05	Dra. Ana Cristina	136.885-0
06	Drª. Ana Moura	088.011-6
07	Dr. Eduardo Mota	******
08	Dra. Evilayse Marques	131.169-7
09	Drª. Geruza Maciel	089.291-2
10	Dr. Manoel Jerônimo	275.394-4
11	Drª. Maria Zuleika	111.151-5
12	Drª. Myrta Machado	297.273-5
13	Drª. Sandra Roma	*****
14	Dra. Tereza Cristina	137.247-5
15	Drª. Verônica Rebello	115.652-7

_	Assessoras	
01	Ana Thayza Serapião Soares do Monte (Subdefensoria de Mediação)	
02	Leonara Soares (NUMEC)	
03	Michele Oliveira Santos(NUMEC)	
04	Thaysa Bruna Santos de Sousa (NUMEC)	



Dos convênios firmados pela Defensoria que contam com a atuação direta da Subdefensoria de Mediação:

Tjpe - Cejusc Recife:

De acordo com os termos do convênio, cabe ao TJPE, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, receber os acordos realizados na câmara pelos defensores, verificar toda a documentação necessária à distribuição processual dos acordos pré-processuais no âmbito do Judiciário e analisá-los quanto à viabilidade de homologação judicial.

É a atuação da equipe de mediação que põe em prática os termos firmados em convênio, a Subdefensoria de mediação é responsável pela formalização de mais de 1.000 acordos mensais nas áreas cível, consumerista e família.



Atuação da Coordenadora do NUMEC - Dra. Ana Cristina.



Grupo Neoenergia:

Celebrado em fevereiro de 2023, pacto para atuação conjunta entre a Defensoria Pública Estadual e o Grupo Neoenergia, no atendimento ao Consumidor Pernambucano hipossuficiente que possui débitos com a empresa de energia. É através da atuação da equipe do Núcleo de Mediação da Capital que o consumidor negocia suas dívidas de forma célere e descomplicada.



Drª. Myrta Machado - Defensora Pública em audiência realizada no Núcleo de Mediação da Capital, junto ao Grupo Neoenergia.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA:

O termo de cooperação firmado entre a Compesa e a Defensoria Estadual, visa atender consumidores hipossuficientes face a Companhia. Portanto, o Cliente Compesa pertencente a região metropolitana do Recife que necessita de auxílio jurídico nas tratativas de acordos com a Compesa contam com a atuação da equipe de defensores e colaboradores do Núcleo



de mediação, sempre às sextas-feiras, para realização de atendimentos presenciais e também audiências virtuais, por meio de aplicativo.

Atuação da mediação junto a SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.

Anualmente vivenciamos uma semana inteira voltada às demandas consensuais, a campanha desenvolvida pelo CNJ, movimenta os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais. Sendo este, mais um momento de atuação forte da Defensoria Pública Estadual.

O núcleo de mediação e Conciliação da Capital programa-se anualmente para o atendimento das demandas encaminhadas pelo Tribunal de Justiça, movimentando e organizando a escala de Defensores para atuação em audiências.

Patrocínio de cursos institucionais.

É oportuno destacar a atuação da Subdefensoria na promoção de cursos institucionais para aprimoramento da equipe.

No mês de setembro do corrente ano, ocorreu o **MINI CURSO DE PROCESSO DO CEJUSC**, visando trazer ponderações e orientações quanto ao **PROCEDIMENTO CEJUSC**, que tem distinções em relação às demais varas.

O curso foi destinado às defensoras, defensores públicos, funcionários administrativos e estagiários.

As palestras foram ministradas pela Subdefensora de Mediação e Conciliação da Defensoria, Jeovana Colaço; pela coordenadora do CEJUSC Recife, Jacqueline Caldas e pela assessora do Magistrado, Marcela Beltrão.







Mini curso de processo e procedimento CEJUSC.



Capacitação da equipe administrativa sobre os procedimentos operacionais, relativos aos exames de DNA.

No mês de outubro, a equipe de colaboradores ligados à subdefensoria de mediação participou do processo de capacitação para atendimento às demandas relativas à realização do exame de DNA, a capacitação foi ministrada pelo representante do Laboratório PERITOS LAB, Rio Grande do Sul, Dr. André Zoratto, ocorreu em ambiente virtual através da plataforma "Google Meet".

Aula prática assistida aos novos Defensores empossados:

E no mês de novembro/23, os novos Defensores empossados tiveram a oportunidade de participar da aula prática assistida diretamente no Núcleo de Mediação e Conciliação.

Estiveram presentes a Subdefensora de Mediação e Conciliação, Jeovana Colaço, a Coordenadora do Núcleo de Mediação e Conciliação, Ana Cristina, e a Defensora Pública, Evilayse Marques, destacaram a importância dessas práticas na promoção da resolução consensual de conflitos.





Seminário sobre aplicabilidade da autocomposição do litígio no judiciário.

Para encerrar o ano de 2023, a Subdefensoria de Mediação em parceria com a Escola Superior da Defensoria, promove o seminário sobre aplicabilidade da autocomposição do litígio no judiciário, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de Dezembro.

As inscrições se encerram em 07/12/2023.

Corre que ainda dá tempo de realizar a inscrição, através do seguinte link.

https://FORM.JOTFORM.COM/ARIANESANTOSV/SEMINARIO-MEDIACAO-ESDPPE

A abertura do seminário será realizada pela atual Subdefensora de Mediação e Conciliação da Capital Dra. Jeovana Colaço, que dividirá o dia com Sônia Carneiro Proto, Psicóloga do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Já no segundo dia, contaremos com a presença das palestrantes: Karina Vasconcelos, Mediadora, formada pelo Centre de Médiation et de Formation à la Méditation de Paris; Drª. Rozane Magalhães, Defensora Pública do Estado do Ceará, encerrando o ciclo de debates a Drª. Christiane Serra Ferreira, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro.



RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE MENSAL

Atendimentos vinculados à Subdefensoria de Mediação da Capital / DPE-PE.

Numec - Núcleo e Mediação da Capital Posto Avançado / Setor de DNA.

Acordos, acompanhamento processual, e orientação jurídica.	Quantitativo
Janeiro	794
Fevereiro	770
Março	1.092
Abril	831
Maio	1.165
Junho	1.027
Julho	1.449
Agosto	2.304
Setembro	1.964
Outubro	1.733
Novembro	1.466
Dezembro -	
Total anual (Obs: não foi contabilizado o mês de dezembro.)	14.595



Relatório de atendimentos em mutirões SETOR DNA	Quantitativo
Ação Social Jaboatão 18/03/2023	25 exames realizados
Ação Social 25 Anos Defensoria Estadual Petrolina	10 exames realizados
Ação Social 25 Anos Defensoria Estadual Serra Talhada	01 exame realizado
Ação Social 25 Anos Defensoria Estadual Garanhuns	17 exames realizados
Ação Social Cejusc Paulista	08 exames realizados
Ação Social Jaboatão	01 exame realizado
Ação Social MEU PAI TEM NOME	93 exames realizados
Ação Social Caruacu	16 exames realizados
Total anual (Obs: não foi contabilizado o mês de dezembro.)	171

Além dessas atividades desempenhadas na gestão da Subdefensoria, a Subdefensora de Mediação e Conciliação, juntamente com sua assessoria realizaram durante todo o ano diversos atendimentos presenciais com membros da instituição e assistidos, patrocina cursos de capacitação para equipe, é envolvida e integrada ao funcionamento do setor.

Frise-se o crescente número de atendimentos desde que assumiu a referida pasta.

Com os cordiais cumprimentos a Subdefensoria de Mediação e Conciliação apresenta o relatório de produtividade.

Calorosamente,

Jeovana Carmem de Melo Colaço Defensora Pública Estadual

Subdefensora de Mediação e Conciliação da Capital.



Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado

SUBDEFENSORIA CRIMINAL DA CAPITAL



SUBDEFENSORIA CRIMINAL DA CAPITAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2023

A Subdefensoria Criminal da Capital, atualmente, é integrada pelos seguintes órgãos de atuação, coordenações e setores: (1) Núcleo Criminal da Capital; (2) Núcleo dos Juizados Especiais Criminais da Capital; (3) Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar; (4) Coordenação das Custódias; (5) Acordos de Não Persecução Penal - ANPP; (6) Defesas em Inquéritos Policiais Militares; (7) Grupo Especial das Defesas em Plenário do Júri. Este último, exercido de maneira articulada e harmônica com as Subdefensorias do Interior e da Região Metropolitana. Nesse ponto, destaca-se também a multiplicidade de demandas executadas em parceria, igualmente harmônica, com a Subdefensoria de Execução Penal, bem como com o Núcleo de Recursos Criminais, vinculado à Subdefensoria de Recursos (vide atuações destaque do NUCRIM).

A Subdefensoria conta atualmente com 48 defensores públicos lotados em suas estruturas organizacionais ou em regime de acumulação, contando com os integrantes da acumulação vinculada às defesas em plenário do júri, cuja atuação não está limitada territorialmente à capital.

Os Inquéritos Policiais Militares, atribuídos a esta Subdefensoria, embora ainda não configurem setor próprio, composto por defensores com atuação exclusiva, têm a demanda atendida, atualmente, a partir de designações. Prática que, inclusive, tem sido adotada nas outras subdefensorias regionais. A criação de setor próprio, a propósito, é indicada, nessa ocasião, para fins de análise e inclusão no planejamento da gestão, vez que contemplaria a necessidade de fortalecimento e especialização da atuação.

Durante o ano de 2023, é importante destacar a implementação do sistema Solar, junto aos órgãos de atuação, setores e coordenações vinculadas à Subdefensoria, com a disponibilização de treinamento para todos os defensores públicos com atuação nas referidas unidades. Com o início da utilização do sistema Solar, foi possível realizar a integração com o Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital, que passou a realizar agendamento para os núcleos vinculados à Subdefensoria.

No ano, também se destacou, a adoção de medidas por parte da Coordenação de Gestão que impactam diretamente na estrutura física (novas salas e modernização dos equipamentos) destinada ao atendimento ao público, bem como ao desempenho das atividades dos membros nos mais diversos núcleos. Sendo certa, contudo, a necessidade de continuar-se avançando no fortalecimento dos quadros das equipes de apoio e assessoramento.

A seguir, serão apresentadas as principais ações, assim como dados estatísticos, dos núcleos, coordenações e setores que integram a Subdefensoria Criminal da Capital.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR - NUDEM

O Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar - NUDEM (Resolução CSDP nº 1, de 05 de março de 2021), vinculado à Subdefensoria Criminal da Capital, atualmente conta com 05 (cinco) defensoras públicas, em regime de lotação e/ou acumulação.

No dia 1º de julho de 2023 o NUDEM passou a ter uma nova coordenação, a defensora pública Débora da Silva Andrade. Após um mês de estudos sobre a estrutura administrativa e de atendimentos, foi proposta e aprovada pelo Conselho Superior da DPE a Resolução nº 02 de 27 de julho de 2023, que remodelou as atribuições do Núcleo.



A partir de então, o NUDEM passou a atuar para além do acompanhamento de Medidas Protetivas (petições intermediárias), postulando outros direitos das mulheres ligados à efetivação da Lei nº 11.340/2006, inclusive de **natureza cível, de família, queixa-crime**.

O agendamento das assistidas, ainda que para ingresso imediato, passou a ser cadastrado pelo Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital, a fim de uniformizar o ingresso de usuários à sede da Defensoria.

Além disso, a figura da assistência qualificada à vítima (art. 27 da Lei Maria da Penha), definida pelo CONDEGE como de fundamental importância institucional, foi implementada nas Varas de Violência Doméstica da Capital: as vítimas passaram a ter acompanhamento jurídico integral nas ações penais movidas contra seus agressores, em especial com a companhia das **defensoras públicas nas audiências de instrução e julgamento criminais.**

Com a nova regulamentação, foi criado como órgão de atuação, uma **central de central de acolhimento das vítimas**, com funcionamento da sede do NUDEM e atribuição concorrente para atender e peticionar nas três varas de violência doméstica da capital.

A sede do NUDEM passou a contar com **nova estrutura física**, no prédio da Av. Manoel Borba, contando com recepção, brinquedoteca, copa, sala de apoio administrativo e três gabinetes.

Concomitantemente ao atendimento realizado na sede do NUDEM, foi fixado um **atendimento diário no Fórum**, para recepção e atendimento de vítimas que procuravam assistência jurídica naquela localidade, a fim de que elas não precisarem necessariamente se deslocar para sede da defensoria e também para fornecer auxílio às defensoras com atuação nas audiências.

Foi criado e disponibilizado um drive de peças para as defensoras com atuação na defesa da mulher, inclusive do interior (Jaboatão, Igarassu, Caruaru e Petrolina), com uma reunião virtual entre elas e o NUDEM para identificação das maiores dificuldades e oferta de suporte temático.

Em julho, o NUDEM levou, pela primeira vez, novos Defensores Públicos que estavam em curso de formação para conhecer a **rede de assistência à mulher municipal**, oportunidade na qual foram apresentados serviços como o Centro de Referência Clarice Lispector, a Brigada Maria da Penha e a Casa Empodera Mulher, onde funciona também o Conselho Municipal da Mulher.

O Nudem realizou nesse período **três ações de cidadania** para atendimentos às vítimas de violência doméstica: o primeiro em parceria com a Secretaria da Mulher do Recife, a segunda com o grupo de Mulheres do Brasil e a terceira com a Secretaria Estadual da Mulher.



Houve a designação de uma subcoordenadora, para auxiliar nas atividades da central de acolhimento, a Defensora Mayara Cordeiro.

Foram admitidas estagiárias voluntárias para auxílio na elaboração/minuta de peças processuais e substituídos dois colaboradores do sexo masculino por feminino, considerando a intenção legislativa preconizada no art. 10-A da Lei Maria da Penha.

Passando, portanto a conta com **equipe 100% composta por pessoas do sexo feminino**.

Foi elaborada uma **identidade visual**, com uma logomarca própria do NUDEM, denotando uma atuação diferenciada para o público-alvo, sendo também confeccionada **cartilha de educação em direitos das mulheres**.

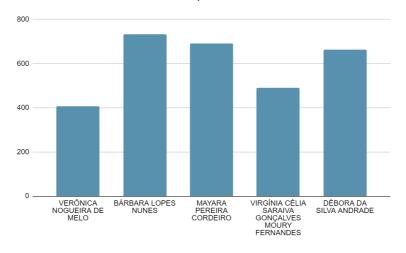
O NUDEM realizou, ainda, **visita institucional** nos núcleos da mulher das Defensorias Públicas da **Paraíba, Ceará e Rio de Janeiro**, a fim de espelhar em nosso estado as boas práticas já realizadas por colegas defensoras.

Registrou participação da Jornada da Lei Maria da Penha (Fortaleza) e da Reunião Nacional do CONDEGE (Brasília) representando o Estado, assim como da abertura do seminário estadual das gestoras municipais da mulher, organizado pela Secretaria da Mulher do Estado

Recebeu uma homenagem como instituição de destaque no enfrentamento da violência contra a mulher da Câmara de Vereadores de Recife, através de requerimento da Vereadora Prof. Ana Lúcia.

No mais, está em processo de finalização de projeto de criação de uma equipe multidisciplinar, composta por assistente social e psicóloga, para ser apresentado nos termos do Edital N.º 46/2023, PROCESSO Nº 08016.019391/2022-92 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Secretaria Nacional de Políticas Penais).

Por fim, em relação aos atendimentos registrados pelo Núcleo, foram realizados um total de **2.986 atendimentos iniciais**, assim distribuídos entre as defensoras:



NÚCLEO CRIMINAL DA CAPITAL - NUCRIM

O Núcleo Criminal da Capital conta atualmente com 24 defensores públicos, em regime de lotação e/ou acumulação nas Varas Criminais da Capital.

Em 06/10/2023 houve nova designação para a Chefia do Núcleo, conforme Portaria nº 1062/2023, publicada no D.O nº 23 de 14/10/2023, do defensor público Leonardo Guimarães Primo de Carvalho.

No tocante às atribuições do Núcleo, para além da atuação dos defensores vinculados às Varas Criminais, há a atividade dos defensores integrantes do NAAJ em

substituição aos membros afastados, bem como a designação dos demais defensores integrantes do Núcleo para atuação nas audiências, a fim de manter **cobertura integral** das audiências designadas à Defensoria.

A título exemplificativo, nos meses de <u>setembro e outubro de 2023</u>, com 9 defensores afastados, foram realizadas 935 audiências pelos defensores em razão de sua lotação ou acumulação, 294 foram realizadas por designação do Núcleo, de modo que apenas 11 audiências foram descobertas, resultando em **1.239 audiências realizadas pela Defensoria.** Já em relação aos atendimentos registrados pelo Núcleo, foram realizados um total de **1.318 atendimentos iniciais**.

Ademais, o Núcleo Criminal passou a contar com **novo ponto físico**, a fim de ampliar e aprimorar o fluxo de atendimentos aos assistidos, localizado na unidade da Defensoria Pública na Av. Conde da Boa Vista, 1450 - Boa Vista, Recife, gozando, assim, de nova e moderna estrutura para o desempenho de suas atividades.



Registra-se, por oportuno, algumas **atuações de destaque** pelo Núcleo, no âmbito do primeiro grau e segundo grau, em articulação com o Núcleo de Recursos Criminais:

- a) NPU 0001389-31.2022.8.17.4001 03ª Vara Criminal da Capital Roubo Reconhecimento Fotográfico Inválido Insuficiência de Provas quanto à Autoria do Roubo Absolvição: No dia 02/05/2023, o Núcleo Criminal, em atuação conjunta com a Defensora Pública Natalia Lupo, conseguiu o reconhecimento da invalidade do reconhecimento fotográfico realizado em sede policial e a insuficiência de provas quanto à autoria do crime de roubo, resultando, assim, em sentença penal absolutória.
- b) NPU 0045820-73.2021.8.17.2001 03ª Vara Criminal da Capital Roubo Nulidade da Audiência de Instrução e

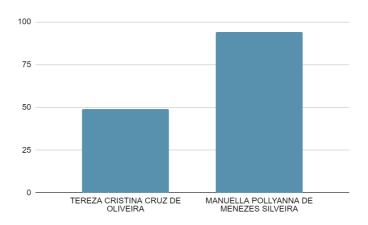
- Julgamento Delação de Corréu Direito do Réu Delatado ser Ouvido por último Inobservância: No dia 22/05/2023, o Núcleo Criminal, em atuação conjunta com a Defensora Pública Natalia Lupo, conseguiu o reconhecimento da nulidade da audiência de instrução e julgamento em razão de ter havido, no ato processual, a "chamada de corréu", sem, contudo, garantir ao acusado delatado o direito de ser ouvido por último.
- c) NPU 0120501-59.2005.8.17.0001 03ª Vara Criminal da Capital Estelionato Nulidade da Citação por Edital Extinção da Punibilidade Prescrição da Pretensão Punitiva em Abstrato: No dia 21/06/2023, o Núcleo Criminal, em atuação conjunta com a Defensora Pública Natalia Lupo, conseguiu o reconhecimento da nulidade da citação por edital, pois, promovida sem que fossem esgotadas todos os recursos possíveis para implementação da citação pessoal, o que culminou, consequentemente, na declaração de extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato.
- d NPU 0001466-81.2021.8.17.5001- 03ª Vara Criminal da Capital Tráfico de Drogas Ilicitude das Provas Indevida Violação de Domicílio Absolvição: No dia 26/07/2023, o Núcleo Criminal, em atuação conjunta com a Defensora Pública Natalia Lupo, conseguiu o reconhecimento da ilicitude da violação de domicílio perpetrada pelos agentes policiais, o que culminou, consequentemente, em uma sentença penal absolutória.
- e) NPU 0012713-92.2019.8.17.0001- 03ª Vara Criminal da Capital Furto de R\$ 30, 00 Maus Antecedentes Princípio da Insignificância Absolvição Sumária: No dia 26/07/2023, o Núcleo Criminal, em atuação conjunta com a Defensora Pública Natalia Lupo, conseguiu o reconhecimento do princípio da insignificância em ação penal relativa a um furto de R\$ 30,00, mesmo tendo o réu maus antecedentes, resultando, assim, em sua Absolvição Sumária.
- f) NPU 0005757-26.2020.8.17.0001 18^a Vara Criminal da Capital Apropriação Indébita Nulidade da Citação por Instagram Inobservância das Providências Fixadas pelo STJ: No dia 07/08/2023, o Núcleo Criminal, em atuação conjunta com a Defensora Pública Natali Lupo, conseguiu a nulidade da citação do acusado efetuada pelo aplicativo instagram, na qual não foram observadas as providências fixadas pelo STJ para validade do ato processual.
- g) NPU 0037638-94.2015.8.17.0001- 03ª Vara Criminal da Capital - Roubo - Condenação à Pena Privativa de Liberdade de 05 (Cinco) Anos e 04 (Quatro) Meses de Reclusão em Regime Inicial Semiaberto - Trânsito em

- Julgado Expedição de Mandado de Prisão Inobservância da Resolução nº 417/2021 do CNJ Pedido de Reconsideração Acolhido Recolhimento do Mandado de Prisão: No dia 28/11/2023, o Núcleo Criminal consegui a retração de decisão que expediu mandado de prisão em desfavor do acusado para que, após o recolhimento do mesmo, fosse expedida da guia de execução definitiva, ante a inobservância da nova redação do art.23 da Resolução nº 417/2021, que prevê a desnecessidade de prévio recolhimento do condenado aos regimes semiaberto e aberto para expedição da guia de execução definitiva.
- h) NPU 0004204-08.2022.8.17.5001 03ª Vara Criminal da Capital Corrupção de Menores Ausência de Prova da Efetiva Corrupção Afastamento da Súmula nº 500/STJ Absolvição: No dia 28/11/2023, o Núcleo Criminal conseguiu uma absolvição quanto ao delito de corrupção de menores ante a ausência de provas quanto à efetiva corrupção, pugnando pelo afastamento da Súmula nº 500 do STJ, o que foi acatado pelo juízo.
- i) NPU 0001687-64.2021.8.17.5001/ 19 VCRIM HC de Origem: 0019795-41.2022.8.17.9000/ 4ª CC HC 799432/STJ Nulidade da Busca Pessoal Infundada Trancamento do Processo Penal: O Núcleo Criminal impetrou Habeas Corpus Trancativo perante o TJ-PE visando a nulidade da busca pessoal infundada e, consequentemente, a rejeição da denúncia, contudo, a ordem foi denegada, razão pela qual o Núcleo de Recursos Criminais impetrou Habeas Corpus Substitutivo de Recurso Ordinário Constitucional, oportunidade em que o Ministro Relator Reynaldo não conheceu do writ, mas concedeu a ordem de ofício para reconhecer a nulidade da busca pessoal e absolver o paciente.
- j) NPU 0006618-12.2020.8.17.0001/ *15* **VCRIM Corpus** Substitutivo de Revisão Criminal Habeas 0015538-36.2023.8.17.9000/ Seção Criminal - Aplicação de Duas Causas de Aumento de Pena da Parte Especial do Código Penal - Ausência de Fundamentação Idônea -Redução da Pena: O Núcleo Criminal impetrou Habeas Corpus Substitutivo de Revisão Criminal perante o TJ-PE visando, entre outros pontos, a redução da pena em razão da aplicação, na terceira fase da dosimetria da pena, de duas causas de aumento de pena previstas na parte especial do código penal, oportunidade em que o writ não foi conhecido, mas a ordem foi concedida de ofício para reduzir a pena privativa de liberdade de 15 (dezessete) anos 09 (nove) meses e 10 (dez) dias para 10 (dez) anos de reclusão.

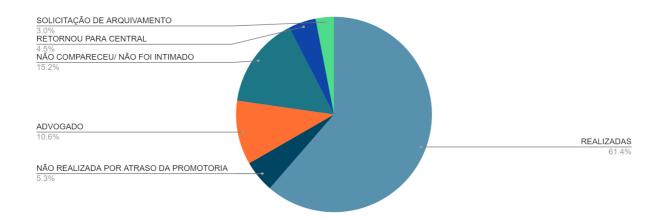
ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP

Atualmente, há 02 (dois) membros da Defensoria Pública em regime de acumulação no Núcleo Criminal da Capital, desenvolvendo as atividades nas audiências extrajudiciais de Acordo de Não Persecução Penal da Capital.

Assim, foram registrados um total de **143 acordos de não persecução penal realizados**, pelas acumulações nos ANPP's.



Nesse cenário, houve a recente designação do defensor público Antônio Luiz da Silva Neto para integrar o Núcleo de Agilização de Acesso à Justiça - NAAJ (D.O nº 22 de 07 de outubro de 2023), que passou a desenvolver suas atividades nas audiências de ANPP nos dias de segunda e quinta-feira, tendo sido realizadas, pelo referido membro, **81 audiências, nesses últimos dois meses**, para tentativa do acordo.



NÚCLEO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

O Núcleo dos Juizados Especiais Criminais conta atualmente com 03 (três) defensores públicos, em regime de lotação ou acumulação, no acompanhamento processual e 01 (um) defensor público com atuação no atendimento inicial - queixa-crime.

No corrente ano, o Núcleo passou a contar com uma nova estrutura física no Juizado Especial do Torcedor, conforme se observa:



No tocante às atividades do Núcleo, foram registrados um total de 331 movimentações processuais, dentre audiências e atuações nos processos, de suas respectivas titularidades.

Por fim, no setor de queixas-crimes, foram registrados um total de **200 atendimentos iniciais** com o fim de elaboração e protocolo das peças iniciais.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

O Núcleo das Audiências de Custódia, conta atualmente com 03 (três) defensores públicos, em regime de lotação ou acumulação, para atuar nas respectivas audiências.

Assim, nas ocasiões de afastamento de algum dos defensores, busca-se dar máxima prioridade à realização das custódias, a partir da atuação dos defensores

públicos com exercício no NAAJ Criminal da Capital, uma vez que são conferidas de caráter preferencial e urgente.

Nesse sentido, no corrente ano foram registrados um total de **4.396 atividades** pelo Núcleo de Audiências de Custódia da Capital, assim discriminadas:



DEFESAS EM PLENÁRIO DO JÚRI

Atualmente o Grupo Especial das Defesas em Plenário do Júri conta com 12 (doze) membros da Defensoria Pública em regime de acumulação, que tem por objetivo atuar e promover a defesa de réus pronunciados que venham a ser submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, realizando a defesa dos assistidos pela Defensoria, onde não foi possível a presença ou designação do(a) defensor(a) responsável pela unidade jurisdicional.

Este grupo de trabalho foi instituído e regulamentado através de publicação no D.O. nº 04 de 30 de dezembro de 2014. Este Grupo Especial de Trabalho, demonstra ser essencial para suprir toda a demanda que envolve os júris de responsabilidade da Defensoria Pública no Estado de Pernambuco, tendo em vista o *déficit* no quadro geral de defensores públicos em atividade, em comparativo com TJPE e MPPE.

Destaca-se que no mês de novembro foi instituído o "Mês Nacional do Júri", conforme Portaria nº 69/2017 do CNJ, em que houve a intimação da Defensoria para a realização de mais de 300 sessões de julgamento em plenário do júri, no qual, através de esforço conjunto entre a Subdefensoria Cível e Criminal do Interior, Subdefensoria Cível e Criminal da Região Metropolitana e Subdefensoria Criminal da Capital, foi realizada a organização e designação oficial dos defensores para atuação nos julgamentos (publicado no D.O nº 26, de 02/11/2023), de modo que foram realizados 316 defesas em plenário do júri pela Defensoria Pública. Nesse ponto, registra-se, por oportuno, a atuação das Subdefensorias Cível e Criminal do Interior e da Região Metropolitana. O interior, em especial, tendo em vista sua grande capilaridade, demandou grande articulação com os Núcleos Regionais, o que foi realizado com êxito, colaborando sobremaneira para garantir a cobertura integral da demanda apresentada.

Ademais, importa consignar que, ao longo do corrente ano, considerando a atuação do Grupo Especial das Defesas em Plenário, bem como dos defensores lotados em unidades com atribuições vinculadas às varas responsáveis por sessões de julgamento do tribunal do júri, <u>foram realizadas aproximadamente 1.200 defesas em plenário do júri pela Defensoria Pública, em todo o território pernambucano.</u>

Tais números indicam a cobertura de júris realizados por parte da Defensoria Pública, em índices superiores a 90% (noventa por cento), dando causa a uma economia que se aproxima do montante de R\$ 14.471.484,00 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais)¹.

-

¹ Valores calculados conforme a Tabela de Honorários 2023 da OAB/PE.



Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado

SUBDEFENSORIA DE CAUSAS COLETIVAS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

SUBDEFENSORIA DAS CAUSAS COLETIVAS ANO 2023

Instituída pelo Dec. nº 32.475/2008, e regulamentada pela Resolução nº 03/2016 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, a Subdefensoria das Causas Coletivas conta, em sua composição, com 5 núcleos, quais sejam: Núcleo de Defesa do Consumidor - NUDECON; Núcleo de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos - NUDPDH; Núcleo de Terras, Habitação e Moradia - NUTHAM; Núcleo da Fazenda Pública, Execuções Fiscais e Acidente do Trabalho - NUFAZ e Núcleo da Saúde Coletiva - NUDESC.

Considerando que uma das funções institucionais desta Subdefensoria é a defesa judicial e extrajudicial dos interesses coletivos das pessoas hipossuficientes e dos grupos sociais vulneráveis, no ano de 2023, publicamos a **Recomendação Administrativa nº 06/2023 -** Notificando o Grande Recife Consórcio de Transporte e os Prefeitos dos Municípios que integram a A Região Metropolitana do Recife: Araçoiaba, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Abreu e Lima, Paulista, Olinda, Camaragibe, Recife, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e **recomendando** as medidas necessárias a serem tomadas para viabilizar as eleições para o Conselho Tutelar, que aconteceram no dia1º de outubro de 2023.

Ademais, foram publicadas **5** outras **Recomendações Administrativas**, que foram desenvolvidas em conjunto aos núcleos especializados vinculados à esta Subdefensoria e, portanto, serão melhor detalhadas no relatório dos referidos núcleos.

Para melhor ilustrar a atuação da Subdefensoria e avanços obtidos, elencamos outras atuações específicas:



1) ATENDIMENTOS RELATIVOS AO AUXÍLIO EMERGENCIAL MUNICIPAL E ESTADUAL - AME

Considerando a ocorrência do fenômeno climático "Ondas do Leste", que atingiu com fortes chuvas o litoral do Estado entre os meses de maio e junho de 2022, em especial a capital e a região metropolitana, o qual causou enxurradas e alagamentos de grandes volumes, principalmente em áreas habitadas pela população em situação de vulnerabilidade social, foram criados pelo Estado de Pernambuco e pelo município do Recife, dentre outros municípios, benefício assistencial emergencial, nos valores de R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente, pagos em regime unificado e em parcela única, para assegurar às famílias atingidas um amparo financeiro para mitigar os danos sofridos em razão do fenômeno natural.

Durante a execução dessa política pública, que iniciou-se em junho de 2022, os beneficiários do auxílio passaram a ter dificuldade de acesso aos recursos, e com isso, passaram a procurar os serviços da Defensoria Pública para resolver a situação.

Considerando a alta demanda, houve a necessidade de setorizar os atendimentos referentes aos auxílios, com o intuito de garantir celeridade e efetividade de acesso à justiça aos assistidos, com a atuação direta e conjunta dos defensores dos Núcleos de Terras Habitação e Moradia - NUTHAM, Núcleo da Fazenda Pública - NUFAZ, além da Subdefensoria de Causas Coletivas.

<u>Foram realizados mais de 300 atendimentos voltados especificamente ao tratamento do AME</u>. Em cada atendimento foi aberto cadastro do assistido no sistema SOLAR e anexado documentação pertinente, além de expedição de Ofícios às secretarias municipais competentes, a fim de dirimir o conflito extrajudicialmente.

Ao final restaram propostas 35 ações individuais e 02 Ações Civis Públicas, quais sejam:

Ação Civil Pública AME Área CIS: Processo nº 0068054-78.2023.8.17.2001 / 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, tendo por objeto o questionamento dos critérios



utilizados pelo poder público para definir a população atingida e que fazia jus ao benefício; e

Ação Civil Pública AME: Processo nº 0126056-41.2023.8.17.2001 / 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, relativa a obrigação de pagar o valor do benefício a quem teve o direito ao auxílio reconhecido pelo ente público, mas não recebeu os recursos financeiros em sua totalidade.

2) ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Assim como nos anos anteriores, a Subdefensoria das Causas Coletivas manteve diálogos propiciam, à sociedade, a troca de informações com as instituições públicas e, também, o exercício da cidadania.

Assim, nos fizemos presentes nas seguintes oportunidades:

- Participação na **Reunião** solene em comemoração pelo **Dia Nacional e Estadual da Reforma Agrária**, que ocorreu no dia 17 de abril de 2023, na ALEPE;
- **Visita na Abrace Esperança**, na cidade João Pessoa PE, no dia 07/07/2023, em convite da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco ALEPE, para conhecer o Grupo de Apoio e Orientação aos povos indígenas e a implementação da Lei 18.124/2022 nos territórios indígenas;
- **Visita à Aliança Medicinal**, situada em Olinda-PE, sendo uma das quatro associações do país autorizadas a cultivar, processar e refinar óleo de cannabis medicinal, no dia 29/09/2023, em convite realizado pelo Deputado Estadual João Paulo;
- Reunião a respeito dos conflitos agrários na Zona da Mata pernambucana, realizada no dia 11/10/2023, junto ao Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;



- Participação, em 24/10/2023, no **evento "A beleza não envelhece"**, idealizado pelo Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP) em homenagem ao Dia da Pessoa Idosa, celebrado no dia 1º de outubro;
- Participação na I Roda de Conversa sobre Energia Renovável na PB e
 PE, em 30/10/2023, na Universidade Federal de Pernambuco;
- Reunião, em 17/11/2023, sobre **gratuidade de passagens de ônibus** para idosos e pessoas com deficiência nos transportes intermunicipais;
- Audiência Pública tema: "A efetivação da Política de Atenção às Pessoas Idosas e Aposentadas como garantia de seus direitos em Pernambuco", realizada no dia 29/11/2023, às 10h, na ALEPE; e
- Audiência Pública tema: "Energia Eólica e o Ecossistema: Impactos e Soluções", realizada no dia 04/12/2023 às 09h, na ALEPE;

3) CENTRAL DE INFORMAÇÕES DO REGISTRO CIVIL (CRC JUD)

Subdefensoria, por contar com acesso à **Central de Informações do Registro Civil (CRC Jud)**, solicitou 380 (trezentos e oitenta) certidões de nascimento, casamento ou óbito no sistema da Arpen, a pedido de outros núcleos da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco ao longo do ano de 2023.



NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON

1) ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO

- a) Considerando que o fluxo administrativo anterior estava ocasionando lacunas de atendimento, foram implementadas diretrizes, como planilhas de controle e inclusão de todo e qualquer tipo de atendimento ao assistido no SOLAR, o que permitiu que as demandas dos assistidos tenham melhor controle e sejam atendidas no menor espaço de tempo;
- b) Considerando que todos os Defensores e Defensoras Públicas do Núcleo realizam os atendimentos iniciais e ficam responsáveis pelo acompanhamento processual (PJE), houve a divisão administrativas das Varas Cíveis entre os membros de forma igualitária, o que permitiu melhor controle das demandas por parte dos Defensores Públicos e informação mais clara aos assistidos de quem é o Defensor Público natural de sua demanda;
- c) Criadas agendas específicas para ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL e CONTESTAÇÃO, porquanto, anteriormente, inexistia. Este ponto possibilitou que haja vagas para CONTESTAÇÃO em menos de 2 dias do primeiro atendimento do assistido, além de proporcionar maior procedência das demandas, uma vez que, criada a agenda de ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL, os assistidos passaram a ter acesso mais fácil aos processos e, assim, participar de forma mais contundente.

2) AUMENTO DA ATIVIDADE ANUAL EM CERCA DE 35%

Segundo dados coletados do SOLAR de janeiro de 2023 a novembro de 2023 (excluído dezembro de 2023 em virtude de a consulta ao relatório ter sido realizada em 01/12/2023), houve o aumento em 35% das atividades do Núcleo.

Janeiro a dezembro de 2022- Quantidade de atividades: 3315

Janeiro a novembro de 2023- 4480 (dados de dezembro de 2023)



3) AUMENTO DE AGENDAMENTO EM CERCA DE 35%

Segundo dados coletados do SOLAR de janeiro de 2023 a novembro de 2023 (excluído dezembro de 2023 em virtude da consulta ao relatório ter sido realizada em 01/12/2023), houve o aumento em 35% dos agendamentos realizados no Núcleo.

2022 – 1.922 agendamentos realizados

2023 - 2.516 agendamentos realizados

4) CRIAÇÃO DE PLANILHAS DE CONTROLE DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

A criação de planilha de controle de honorários sucumbenciais permitiu maior controle dos valores de honorários decorrentes de demandas originadas no NUDECON; o controle do percentual de procedência das demandas; além de possibilitar o contato com o setor financeiro da DPEPE para averiguar se os alvarás judiciais efetivamente foram creditados na conta desta Instituição.

5) RENOVAÇÃO DE TODO O BANCO DE PEÇAS DO NÚCLEO

No ano de 2023, TODAS AS PETIÇÕES (petições iniciais, réplicas, apelações e demais peças) do NUDECON foram renovadas, tendo sido elaborados novos modelos, o que permitiu a atualização legal e jurisprudencial e, por conseguinte, acarretou na maior procedência das demandas.

6) TODOS OS TURNOS DE ATENDIMENTO COM A PRESENÇA FÍSICA DE DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICOS



Desde dezembro de 2022, todos os dias de funcionamento do Núcleo, há Defensor ou Defensora Pública presente fisicamente no Núcleo em todos os turnos, o que permite que toda a atividade realizada pelo Núcleo seja devidamente supervisionada por membro da instituição.

7) ATENDIMENTO DE TODAS AS DEMANDAS DE SAÚDE SEM QUALQUER PRÉVIO AGENDAMENTO

O atendimento de demandas de saúde sem agendamento agiliza a solução de demandas urgentes, sendo abrangidas, inclusive, as demandas de menor custo, que normalmente seriam encaminhadas aos Juizados Especiais, evitando-se, assim, o encaminhamento de assistidos, e prestando um serviço especializado e célere.

8) MANEJO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DA 123 MILHAS (PROCESSO Nº 0100018-89.2023.8.17.2001)

Foi protocolada Ação Civil Pública contra a empresa 123 milhas em razão da suspensão de emissão das passagens promocionais adquiridas pelos consumidores. A ação se encontra suspensa em razão do manejo de recuperação judicial.

8) ACRÉSCIMO DE UM DEFENSOR PÚBLICO NA QUALIDADE DE ACUMULAÇÃO (DEFENSORA PÚBLICA EDIVANE BASTOS);

9) PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Participação no II Congresso Pernambucano de Direito do Consumidor na qualidade de palestrante

Organização do 11º Fórum de Saúde Suplementar de Pernambuco



NÚCLEO DE TERRAS HABITAÇÃO E MORADIA - NUTHAM

1) COMISSÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Logo no início do ano, o NUTHAM passou a integrar a Comissão de Conflitos Fundiários do TJPE, realizando, em conjunto com juízes, desembargadores e promotores, visitas técnicas em áreas com mandatos de reintegração de posse pendentes de cumprimento.

Até a presente data, 27/11/2023, foram realizadas por membros do NUTHAM, visitas nas seguintes comunidades:

- 1. Engenho Novo (Goiana)
- 2. Engenho Devaneio (Amaraji);
- 3. Engenho São Paulo (Primavera);
- 4. Ocupação Chico Lessa (Recife);
- 5. Comunidade Vila Nova (Recife);
- 6. Ocupação 8 de Março (Recife);
- 7. Ocupação Love Story (Recife);
- 8. Ocupação Milagre de Deus (Recife);
- 9. Comunidade dos Plásticos (Paulista);

A CCF fez, ainda, visitas em cidades do interior nas quais a DPE foi representada pelo defensor natural, tendo o NUTHAM prestado auxílio técnico aos colegas. Dentre estas, pode-se mencionar: Fazenda Malhada (Arcoverde), Fazenda Santa Maria (Sanharó), Engenho Curijó (Itaquitinga)



O Núcleo esteve presente, ainda, em reuniões designadas pela CCF para tratar de casos específicos, além daquelas convocadas para tratar de assuntos inerentes ao funcionamento da própria Comissão.

No mês de dezembro, há 3 (três) visitas técnicas já designadas pela CCF e que serão acompanhadas pelo NUTHAM. São elas:

Comunidade Rio Azul (Recife)

Fazenda Boa Esperança (Glória de Goitá)

Ocupação Rosa Luxemburgo (Recife)

2) VISITAS ÀS COMUNIDADES

Em paralelo às visitas técnicas realizadas pela Comissão de Conflitos Fundiários, os defensores com atuação no NUTHAM realizam, por conta própria, visitas às comunidades que são acompanhadas pelos núcleos. Prioriza-se, sempre que possível, a realização de visita anterior à manifestação nos autos.

Até o fechamento deste relatório, foram realizadas as seguintes visitas técnicas pelo NUTHAM:

- 1. Ocupação Marielle e Anderson (Jaboatão dos Guararapes);
- 2. Comunidade Karaxuwanassu (Igarassu);
- 3. Engenho São Bento (Itambém);
- 4. Ocupação Rosa Luxemburgo (Recife);
- 5. Comunidade do Pina (Recife);
- 6. Comunidade Nossa Senhora das Graças (Jaboatão dos Guararapes);
- 7. Engenho Campo Alegre (Vitória de Santo Antão);



- 8. Ocupação Atenas (Paulista);
- 9. Ocupação Maria Firmino (Recife);
- 10. Comunidade Nossa Prata (Paulista);
- 11. Granjas Itapuama (Cabo de Santo Agostinho);
- 12. Ocupação Fazendinha (Itamaracá);
- 13. Antiga Vacaria (Recife);
- 14. Engenho Galileia (Vitória de Santo Antão);
- 15. Ocupação V-10 (Olinda);
- 16. Ocupação Menino Miguel (Recife);
- 17. Comunidade Portelinha (Jaboatão dos Guauarapes);
- 18. Comunidade Bondade de Deus (Camaragibe); e
- 19. Sítio Grande/Dancing Days (Recife)

3) AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS

No ano de 2023, o NUTHAM participou de diversas audiências públicas e eventos externos, dentre eles:

- 1. Audiência Pública referente à obra de construção da Lagoa de Contenção do Rio Fragoso, em Olinda, convocada pelo vereador Vlademir Labanca;
- 2. Audiência Pública referente à discussão do Plano de Contingência de Calamidades do Recife, convocada pelo vereador Ivan Moraes e realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife
- 3. Plenária Popular das Chuvas em Olinda, convocada pelo vereador Vinícius Castelo;



- 4. Audiência Pública referente aos Rios do Recife, convocada pela vereadora Liana Cirne, ocorrida na Câmara Municipal do Recife.
- 5. Sessão Solene alusiva ao Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, a convite da deputada estadual Rosa Amorim;
- 6. 3 (três) Audiências Públicas referentes ao projeto de concessão de parte do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, ocorridas na cidade do Cabo de Santo Agostinho;
- 7. Evento de inauguração do Laboratório de Assuntos Fundiários da UFPE;
- 8. Seminário "Reflexos dos Procedimentos de Regularização Fundiária Urbana nos Processos Judiciais", promovido pela Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco;
- 9. Evento de apresentação prévia à consulta pública sobre a Parceria Público-Privada "Morar no Centro", promovido pela Prefeitura do Recife;
- 10. I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil, ocorrido em Brasília e promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 11. Evento na OAB/PE, com a temática Direito à Terra e Regularização Fundiária;
- 12. II Encontro Regional da Rede Nordeste, ocorrido no escritório Nacional da Habitat para a Humanidade.

4) REUNIÕES EXTERNAS

Diversas foram as reuniões externas realizadas ao longo do ano de 2023, dentre elas podem-se citar:



- 1. Reunião com a participação de representantes da CARITAS, do Conselho Indigenista Missionário Nordeste; da Rede de Monitoramento de |Direitos Indígenas de Pernambuco, para tratar da Ocupação Karaxuwanassu, em Igarassu;
- 2. Reuniões com o mandato do deputado estadual João Paulo, com vistas a tratar de demandas referentes a diversas comunidades, tais como Sítio Banana (Caruaru);
- 3. Reunião com a deputada estadual Rosa Amorim, oportunidade em que foi apresentado o trabalho do NUTHAM e de outros núcleos vinculados à Subdefensoria de Causas Coletivas, visando abrir canal de diálogo entre a DPE e o gabinete da deputada;
- 4. Reunião com a Ouvidora Externa, Liliana Barros, apresentando o NUTHAM e especificando suas atividades;
- 5. Reuniões com o ITERPE, visando estabelecer fluxos e estratégias relativas à regularização fundiárias das comunidades de Fazenda Clipper (Gravatá) e Fazenda Bom Sucesso (Tupanatinga);
- 6. Reunião com a municipalidade sobre o caso da Comunidade do Berardo, contando com a participação de representantes da Secretaria de Política Urbana e Licenciamento da cidade do Recife, do vereador Eriberto Rafael, do chefe de gabinete do mandato do vereador Aderaldo Pinto;
- 7. Reunião com a Secretaria Executiva de Regularização Fundiária do Recife sobre o caso da Comunidade de Entrapulso.

5) REUNIÕES INTERNAS

No ano de 2023, foram instituídas as reuniões internas periódicas, ocorrendo estas, no mínimo, de forma mensal, com a participação dos 4 (quatro) defensores com atuação no Núcleo para viabilizar o debate dos casos e o estabelecimento de estratégias adequadas.

6) DECISÕES IMPORTANTES



- No caso de reintegração de posse da Comunidade Karaxuwanassu, o NUTHAM conseguiu, em agravo de instrumento, a suspensão da liminar e o deslocamento da competência para a Justiça Federal por haver interesse da FUNAI no feito;
- 2. Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, revogou decisão de 1º grau e garantiu a permanência de, aproximadamente, 400 (quatrocentas) famílias que estavam na área de Comunidade Paraíso/Granjas Itapuama, no Cabo de Santo Agostinho;
- 3. Suspensão, em segundo grau, por meio de liminar em agravo de instrumento, de ordem de reintegração de posse referente à Ocupação Menino Miguel, em Recife;
- 4. Suspensão, em segundo grau, por meio de liminar em agravo de instrumento, de ordem de reintegração de posse referente à Ocupação Fazendinha, em Itamaracá;
- 5. Suspensão, em segundo grau, por meio de liminar em agravo de instrumento, de ordem de reintegração de posse referente à Comunidade do Berardo, em Recife;
- 6. Anulação de sentença de reintegração de posse que determinava a remoção de centenas de famílias da Ocupação Curcurana, em Jaboatão dos Guararapes;
- 7. Suspensão, em segundo grau, por meio de liminar em agravo de instrumento, de ordem de reintegração de posse referente ao Sítio Parípede, em Itamaracá.

7) RECOMENDAÇÕES

Por entender que o instituto da recomendação é é de extrema importância para a prestação dos serviços públicos e de relevância pública, o NUTHAM expediu:



- 1. Recomendação à Prefeitura do Recife sobre o projeto de urbanização da Bacia do Pina;
- 2. Recomendação ao Complexo de SUAPE sobre a concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda, tendo esta sido acatada;
- 3. Recomendação à Prefeitura do Recife para que se abstenha de remoções administrativas, com enfoque na situação da Comunidade do Pocotó.

8) **BOLETINS INFORMATIVOS**

No ano de 2023, foram implementados os boletins informativos trimestrais do Núcleo de Terras, Habitação e Moradia, com fulcro a divulgar as atividades desempenhadas pelo Núcleo e, ainda, levar dicas culturais, curiosidades e temas importantes atintentes à matéria de atuação para colegas e sociedade civil.

Até o presente momento, foram divulgados 3 (três) boletins informativos.



NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE COLETIVA - NUDESC

1) ATENDIMENTOS A PESSOAS NA CRLS

Durante o ano de 2023 a Câmara de Resolução de Litígio de Saúde iniciou cerca de 700 (setecentos) novos atendimentos especializados em saúde pública, dos quais, cerca de 300 (trezentos) foram arquivados, dos quais, mesmo com a desativação da Equipe Técnica pela Secretaria Estadual de Saúde em abril/2023, cerca de 200 (duzentos) lograram êxito na resolução extrajudicial.

A partir de outubro o atendimento foi ampliado para também abarcar os pedidos por medicamentos, além das demandas por cirurgias, exames, consultas, terapias específicas e atendimento domiciliar (home care).

2) ATUAÇÃO COLETIVA CONTRA UNIMED

No mês de julho o NUDESC foi procurado por familiares de crianças usuárias do plano de saúde Unimed Recife informando sobre o descredenciamento em massa de clínicas de terapias específicas para pessoas com deficiência, em especial crianças no Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Trissomia do Cromossomo 21.

O relato, extremamente grave, dava conta de que diversas clínicas, localizadas em vários bairros da cidade do Recife, estariam sendo descredenciadas de forma abrupta e o atendimento dos pacientes redirecionado para uma única unidade que não apresentava a estrutura necessária e adequada, sem quantidade de profissionais suficientes, além de gerando grave ruptura no vínculo terapêutico dessas crianças.

Assim, foi iniciado procedimento administrativo, em conjunto com o Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos e a Subdefensoria das Causas Coletivas, enviado pedido de informações ao plano de saúde Unimed e expedindo-se recomendação, em caráter de urgência, na tentativa de fazer sustar os descredenciamentos informados



Após, foi realizada audiência extrajudicial para coleta de informações da equipe de representantes da Unimed, bem como visita institucional à nova clínica contratada para unificação dos atendimentos.

No curso do procedimento foram colhidas dezenas de relatos de representantes dos usuários e que, ao serem questionados pelo plano de saúde, constatamos a existência de descontinuidade do tratamento.

Assim, em face das incompletas e incongruentes informações prestadas e da interrupção de tratamento de diversos usuários, foi movida Ação Civil Pública que encontra-se em andamento.

3) ATUAÇÃO COLETIVA SASSEPE

No mês de julho o NUDESC foi procurado por familiares de crianças usuárias do plano de saúde Sassepe informando sobre a exigência de identificação biométrica implementada nas clínicas de terapias específicas para pessoas com deficiência, em especial crianças no Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Trissomia do Cromossomo 21.

O relato apresentado era de que houve mudança na forma de identificação do paciente quando do início das sessões de terapia para uso de identificação biométrica, feita exclusivamente pelo paciente, ignorando as suas limitações e necessidades especiais que dificultam sobremaneira a identificação exigida. Ainda, relataram a dificuldade de acesso a consultas especializadas.

Assim, foi iniciado procedimento administrativo, em conjunto com o Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos e a Subdefensoria das Causas Coletivas, enviado pedido de informações ao plano de saúde Sassepe e expedindo-se recomendação, em caráter de urgência, na tentativa de fazer sustar o uso exclusivo de identificação por biometria.



Recebidas algumas informações, o Sassepe solicitou audiência presencial, o que foi deferido e realizado.

Na oportunidade foram coletadas informações e firmado o compromisso de solução extrajudicial das demandas, com abertura de credenciamento de outros representantes para os pacientes com necessidades especiais e informado o breve processo de cadastramento de novos estabelecimentos e profissionais de saúde, de modo a fazer cessar as dificuldades apresentadas pelos usuários.

4) REUNIÕES E RESOLUÇÃO DE DEMANDAS COM SMS RECIFE

Assim como nos anos anteriores, a Câmara de Resolução de Litígio de Saúde manteve o diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde e a Procuradoria do Município do Recife, a fim de viabilizar a solução extrajudicial e célere das demandas de saúde que nos chegam.

Durante as reuniões realizadas, a equipe técnica da SMS apresentou cronograma de ampliação da rede de atenção às crianças com Transtorno de Espectro Autista, com mudança de protocolos e contratação de novos profissionais, estando em constante monitoramento pela DPPE da execução das ações informadas.

5) AÇÃO EXTERNA COM MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

O NUDESC foi procurado por grupo de mães, usuárias do SUS, de crianças com deficiências, especialmente no Transtorno do Espectro Autista, residentes do bairro do Ibura, relatando severas dificuldades em acessar medicações, consultas médicas com psiquiatra infantil e neuropediatra e terapias específicas, que deveriam ser fornecidas pelo Município do Recife.

Assim, a comitiva foi orientada sobre a documentação individual que deveria ser coletada e apresentada. Em seguida, foi promovida Ação na Comunidade no dia 16 de



setembro, havendo atendimento de todas as presentes, com posterior instauração de procedimentos individuais.

6) AUXÍLIO AOS COLEGAS DE OUTROS NÚCLEOS

Compreendendo as dificuldades relatadas pelos colegas que atuam em Núcleos da Região Metropolitana e interior, o NUDESC iniciou a confecção de materiais de suporte, com a disponibilização de listagem de contatos remotos de hospitais do estado, do SUS e conveniados.

O objetivo é ampliar o processo de auxílio, com criação de peças processuais, já havendo algumas disponibilizadas em GED do Solar, e futura oferta de curso de formação em parceria com a Escola Superior.



NÚCLEO <u>DE DEFESA E PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS - NUDPDH</u>

Em funcionamento desde o ano de 2017, o Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos conta, em sua composição, com 3 órgãos de execução (um em afastamento da lotação para acumulação e duas em regime de acumulação), 2 estagiárias de graduação remuneradas e 1 administrativa.

No ano de 2023, foi possível ampliar a equipe com a chegada de uma nova Defensora em regime de acumulação. Dentro da organização administrativa, ampliou-se a atuação para os direitos das pessoas com deficiência, seja numa perspectiva de atuação interna ou externa. Para exemplificar avanços obtidos:

- a) Contratação de intérprete de libras para cobrir eventos da Defensoria e para atendimentos regulares dos núcleos;
- Abertura e acompanhamento de procedimentos coletivos sobre acessibilidade para pessoas com deficiência envolvendo transportes públicos e (des)instalação de telefones de uso público, sem uso, contando com emissão de recomendação;
- c) Mapeamento de conselhos de direitos a nível estadual e municipal para integração da dppe à pauta e controle social;

Para além do eixo apresentado acima, o Núcleo tem intensificado sua atuação em torno de outros 4 eixos: promoção de direitos da população em situação de rua, combate ao racismo e à discriminação racial, garantia de direitos da população LGBTQIA+ e violência institucional.

Neste ano, de acordo com o sistema Solar, <u>o Núcleo foi responsável por 1068</u> (hum mil e sessenta e oito) atendimentos, 673 (seiscentos e setenta e três) processos extrajudiciais, que compõem ofícios e outras atuações extrajudiciais e 175 (cento e setenta e cinco) atividades extraordinárias, incluindo reuniões, audiências extrajudiciais e eventos.



Para melhor ilustrar a atuação do Núcleo e avanços obtidos, elencamos os eixos específicos:

1) PROMOÇÃO DE DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Núcleo ampliou seu atendimento externo à população em situação de rua. Além do fluxo de atendimento sem agendamento, mensalmente o Núcleo vai diretamente aos territórios para atendimento da população em situação de rua, por meio do projeto **Ronda de Direitos**. Só este ano, **contabilizamos 100 atendimentos**.

Também se passou a realizar atendimentos diretamente na <u>Casa do Pão</u>, equipamento mantido pela Arquidiocese de Olinda e Recife, onde também funciona o terceiro Centro POP instalado na cidade. A equipe desloca-se até a casa do pão duas vezes por mês, sempre às sextas-feiras, <u>atingindo mais de 179 atendimentos só neste ano</u>.

A partir dos dados condensados pelo Núcleo, verifica-se a importância desta modalidade de atuação pela Defensoria Pública, mantendo um sistema multiportas para atendimento. Nada obstante, também se estabeleceu fluxo com os Centros POP da Cidade do Recife e do Município de Olinda para encaminhamento de demandas da população em situação de rua.

Este ano o Núcleo também integrou as atividades do primeiro <u>mutirão POP</u>

<u>RUA JUD</u> realizado pelo TJPE, <u>com mais de 50 atendimentos realizados</u>.

Em termos coletivos, o Núcleo tem acompanhado as ações de zeladoria urbana junto com o Ministério Público do Estado de Pernambuco, com a implementação do conteúdo da ADPF 976 do STF. Também possui procedimento para garantia de emissão de RG gratuito para a população em situação de rua.

A partir da atuação do Núcleo, foi possível estabelecer fluxos com as equipes da assistência social para viabilizar acesso à justiça e a um cumprimento justo da pena com o Núcleo de Cidadania Criminal e Execução Penal. Também foi possível delimitar



um fluxo diferenciado para emissão do RG da população em situação de rua, a partir das articulações com as equipes da abordagem social do Município do Recife e com o IITB.

Considerando as grandes dificuldades no acesso à documentação civil básica, também foi criado internamente um banco de dados para armazenamento de dados relacionados ao registro civil. Dessa forma, em caso de extravio ou furto de documentação, torna-se mais fácil localizar o cartório respectivo e se agiliza a obtenção do documento.

Ao longo do ano, participamos de 2 (duas) audiências públicas sobre os direitos da população em situação de rua, uma delas promovida pelo TJPE; outra, pela Câmara Municipal do Recife.

2) VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Este ano, pela primeira vez, o Núcleo lançou o relatório contendo comunicações e informações sobre casos de violência institucional, tortura e outros tratamentos ou penas crueis, desumanos ou degradantes - ano 2022.

Com o fim de conferir visibilidade às comunicações encaminhadas ao Núcleo e promover a articulação de diferentes atores e atrizes em torno do combate à violência praticada por agentes de estado, o Núcleo produz o primeiro relatório que compila dados e informações acerca do tema. Dentro do objetivo proposto, o relatório compreende dois blocos de informações.

O primeiro compila os registros de violência institucional realizado por pessoas presas em sede de audiência de custódia na Comarca de Recife/PE, no período compreendido entre maio e dezembro de 2022 (excetuando dias não úteis e recessos forenses)₁. O segundo bloco, por outro lado, diz respeito propriamente às comunicações de violência encaminhadas por Defensores/as Públicos/as de todo o estado ao Núcleo, detalhando as medidas adotadas e as respostas obtidas até então.

O relatório foi formalmente apresentado à Secretária de Justiça e Direitos Humanos e enviado formalmente à Secretaria de Defesa Social, contando com o



encaminhamento aos diferentes órgãos das polícias. Também se encaminhou o relatório a todos os órgãos de execução da Defensoria Pública estadual e a Ouvidoria apresentou alguns resultados em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado.

Além dos esforços concentrados no relatório, o Núcleo também lançou o guia GUIA DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM CASO DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL, TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES. O manual tem por objetivo fornecer material para guiar a atuação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado, quando em contato com situações de violência institucional, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Além dessas atuações, o Núcleo passou a atuar também em **162 casos de violência institucional**, com abertura de procedimentos decorrentes da qualificação "violência cometida por agentes de Estado".

Em parceria com o Núcleo de Execução Penal, também se iniciou um novo projeto para atuação direta em comunidades. A nova atuação consiste em realizar rodas de diálogos sobre direitos e deveres envolvendo abordagem policial, além de dialogar sobre direitos das pessoas presas. Objetiva-se recolher dados sobre eventual excesso de uso da força em abordagem policial por meio de preenchimento de formulários, além de confeccionar cartilhas sobre o tema.

3) COMBATE AO RACISMO

Deu-se continuidade à parceria com a sociedade civil para atendimentos qualificados de casos de racismo e/ou discriminação racial, com o projeto Oxé. Mais de 12 atendimentos foram realizados. Também em razão dessa iniciativa, a Defensoria Pública foi premiada com o Selo Esperança Garcia - Categoria Prata, título inédito para a instituição.

Participou-se de audiências extrajudiciais sobre o tema com o Ministério Público, inclusive avançou-se em tratativas diretas com o Centro Municipal de



Referência em Direitos Humanos do Município do Recife, para atendimento e acompanhamento de casos que envolvam discriminação racial.

Também em parceria com a ouvidoria, foi formulada campanha, consistente na fixação de cartazes em todos os Núcleos da Defensoria, reforçando as possibilidades de atuação da Defensoria Pública em casos de racismo e/ou discriminação racial. Além de demarcar o contínuo compromisso institucional com a pauta antirracista, a campanha também promove a educação em direitos para as pessoas usuárias do serviço.

4) GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

O Núcleo manteve forte atuação voltada para a requalificação civil de pessoas trans, seja numa perspectiva individual ou coletiva. Foram realizados mais de 307 atendimentos regulares no Núcleo, além da promoção de mutirões com seis municípios dentro do Programa Me Chame pelo Meu Nome, somando mais de 80 atendimentos.

O Núcleo também atuou na habilitação para o casamento, visando ao reconhecimento jurídico de 12 (doze) casais, em parceria com o Município do Recife.

No segundo semestre do ano de 2022, foi ajuizada Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual, questionando a compatibilidade de Lei do Município de Serra Talhada, que estabelecia vedação à instalação de banheiros "multigênero". O Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos da Defensoria Pública manifestou-se no processo, a fim de reforçar os pedidos de inconstitucionalidade da lei, adicionando perspectivas ao julgamento.

Também se reforçou a atuação com educação em direitos:

a) Com o objetivo de indicar o passo a passo para que pessoas trans e travestis do Paulista façam a requalificação civil, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, em parceria com a Diretoria da Pessoa LGBT municipal, lançou o



"Guia orientador para requalificação civil de pessoas travestis e transexuais residentes no Paulista".

 Realização de reunião aberta com o Coletivo de Pessoas não-binárias de Pernambuco;

Destacamos duas decisões judiciais obtidas:

- a) A Justiça pernambucana deferiu o pedido de retificação de registro civil de pessoa não-binária residente da capital. A ação foi ajuizada pelo Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Estado de Pernambuco e incluiu, além da retificação do prenome, também a alteração da anotação referente ao sexo, passando a constar como "não binárie", sendo decisão INÉDITA no estado;
- b) A 5ª Vara de Família e Registro Civil do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em Recife atendeu a pedido formulado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para reconhecer a identidade de gênero posterior ao óbito de Roberta Nascimento, travesti que vivia em situação de rua e faleceu em julho de 2021, após ter sido queimada viva no Cais de Santa Rita, terminal de ônibus no centro do Recife.

Além dos eixos acima elencados, pontuam-se outras atividades desenvolvidas pelo Núcleo:

- a) Promoção da quarta edição do Curso de Defensoras e Defensores Populares, em parceria com a Defensoria Pública da União e o COMPAZ/Recife;
- Realização de inspeções nas unidades prisionais do estado, em parceira com o Núcleo de Cidadania Criminal e Execução Penal;
- c) Participação em uma série de atividades relacionadas ao cultivo e ao processamento da *cannabis spp* para fins medicinais, veterinários e científicos, incluindo a visita a associações que já possuem autorização para cultivar e fornecer derivados da cannabis sativa.



NÚCLEO DA FAZENDA PÚBLICA, EXECUTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS E ESTADUAIS E ACIDENTES DO TRABALHO DA CAPITAL – NUFAZ

1) DEMANDAS ESCOLARES

- Nas datas de 26, 27 e 30 de janeiro de 2023, foram realizados **mutirões** para atendimento de demandas escolares, sendo realizados 600 atendimentos.
- Na data de 07.02.2023, foi realizada **reunião institucional** com os Secretários Executivo e Administrativo da Secretaria Municipal de Educação para tratar das seguintes demandas: Vaga escolar, vaga em creche e disponibilização de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) para crianças PCDs, na rede municipal de ensino.

Assim, duas novas atividades passaram a ser desenvolvidas:

- **Via administrativa**: acompanhamento de matrículas pendentes no Conecta Recife e criação de canal de comunicação com setor da SEDUC para viabilizar essas matrículas, através do envio de planilhas com descrição de cada caso;
- Via Judicial: ajuizamento de ações de Obrigação de Fazer em face do Município do Recife, de modo a aprovisionar vagas em creches e escolas, realizar a transferência para unidades escolares mais próximas à residência da criança e garantir o fornecimento de auxiliar escolar para crianças neurodivergentes.
- Na data de 21.06.2023, foi realizada nova **reunião** com representantes da SEDUC e da Procuradoria do Município, para acordo de tratativas administrativas.

2) EXECUTIVOS FISCAIS

- Na data de 07.03.2023, foi realizada **reunião** com o Procurador Clênio Nogueira, em razão da negativa por parte da Procuradoria da Fazenda Municipal em dar baixa em



quantidade expressiva de CDAs já prescritas e em responder aos ofícios expedidos pelo NUFAZ.

Assim, duas novas atividades passaram a ser desenvolvidas:

- Via administrativa: abertura e acompanhamento de processos junto à PFM para baixa nas Certidões de Dívida Ativa, através do sistema SAJ, e encaminhamento de ofícios à SEFIN;
- **Via Judicial**: ajuizamento de ações Declaratórias de Inexistência de Débito, nas varas da Fazenda Pública, quando da impossibilidade de resolução administrativa.

3) VEM LIVRE ACESSO E VEM IDOSO

- Nas datas de 04.04, 11.04, 02.08 e 11.08.2023, foram realizados mutirões para atendimento de demandas de VEM. Nas oportunidades, realizou-se cerca de 200 atendimentos, sendo realizados acordos administrativos com representantes da Urbana/PE e do Consórcio Grande Recife, como o encaminhamento para o DIAG.
- Encaminhamento de Planilhas com dados de VEM bloqueados por uso indevido, através de acordo e de assinatura de Termo de Compromisso.

4) CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BOLSA FAMÍLIA

No ano de 2022, o Governo Federal, através do Ministério da Cidadania, realizou o descredenciamento de inúmeros beneficiários do então intitulado Auxílio-Brasil, após alteração das regras de concessão.

Em 2023, foi editada a Medida Provisória 1.164/2023, trazendo novas regras para concessão do benefício Bolsa-Família, sendo necessário o comparecimento no CRAS, unidade vinculada ao ente municipal, para atualização cadastral.



Assim, no decorrer do ano de 2023, surgiu uma quantidade expressiva de demandas relacionadas a dificuldade de atendimento no CRAS, que é o canal de acesso à Assistência Social.

Assim, duas novas atividades passaram a ser desenvolvidas:

- Via Administrativa: abertura e acompanhamento de processos na Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas.
- Via Judicial: ajuizamento de ações de Obrigação de Fazer em face do Município do Recife, de modo a garantir a atualização cadastral e a inscrição no programa assistencial.

5) NÚCLEO 4.0 DE MEDICAMENTOS

Atendimento judicial e extrajudicial de demandas relacionadas à saúde da criança e do adolescente, independente do valor da causa, sendo absorvidas as demandas que antes seriam de competência do Juizado Fazendário.

- Atendimento de demandas relacionadas à crianças neurodivergentes, diagnosticadas dentro do Espectro Autista

6) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Atendimento de demandas relacionadas a débitos de IPVA e Multas, quando da não localização do atual proprietário do automóvel ou da negativa do DETRAN em proceder com a baixa por não apresentação do Chassi.

Via Administrativa: expedição de ofícios à Autarquia, ou ao Juizado Fazendário, nos casos devidos;

Via Judicial: Ajuizamento de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito em face da Autarquia estadual.









Coordenação

Michel Seichi Nakamura

Subedefensor de Execução Penal

Michelline Alexandre Lobato Borges

Coordenadora do Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal

Defensores Públicos

Aline Iesus da Rocha Silva Allison Oliveira Guimarães Amanda Batista Vieira Ana Carolina Ivo Khouri Celina Alvarenga de Almeida Cinthia Palmeira Coelho Dandy de Carvalho Soares Pessoa Débora da Silva Andrade Emanuel Marcel Nóbrega de Souza Fernanda Esmeraldo Cavalcante Giovana Figueiredo Leite Jéssica Samara Freitas de Araújo B. Dantas Joanna Malheiros Feliciano Kleyner Arley Pontes Nogueira Keuelanne Alves Carvalho Laís Barreto Rangel Luiz Gustavo do Nascimento Cardoso Mathews Augusto Cavalcante Aureliano Márcia Cordeiro Maciel Pinheiro Maria Cristina Nunes de O. Ribeiro Marília Tenório Cardoso Paula Giselly de Medeiros Silva Rafael Alcoforado Domingues Raíza Fernandes Aragão Renata Patrícia O. Nóbrega Gambarra Stephanie Christine de Lima Fontinele Tuanny Filgueira Soares Gomes

Úrsula Jordão Faria

Colaboradores

Alisson David Nascimento F. Andrade Caio Victor do Nascimento Santos Gabriela Caroline Andrade dos Santos Marianne Ewen de Sena Maria Eduarda Cavalcanti Araújo Thaianny Castanha de Melo

Estagiários

Aliny Matias Silvestre
Andréa Letícia Xavier de Brito
Felipe Alves Cedrim
Isabelle Maria Cabral dos Santos
José Herberth Viana de Araújo
Júlia de Albuquerque Monte
Maria Fernanda Leite Lima
Maria Júlia de Paula Santos
Milena Maria Vieira Desterro Barbosa
Paulo Henrique Jerônimo M. Barros
Sara Stephanie Ramos Cordeiro
Sophia Pontes Aloia

Projeto Gráfico

Maria Eduarda Cavalcanti Araújo

Produção Textual

Maria Eduarda Cavalcanti Araújo



Sumário

Apresentação	1
Atendimento à População	2
Mutirões	3
Inspeções Prisionais	6
Atuação Coletiva	9
 Projeto Conexões pela Liberdade 	11
• Cômputo em Dobro da Pena	13
Encaminhamentos	15
• Ofícios	16
Atividades Complementares	17
Agradecimentos	21



Apresentação

A Subdefensoria de Execução Penal e o Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal tem se dedicado nos últimos anos a compreender sua demanda para atendê-la com maior eficiência e eficácia. É dentro desse contexto que esta publicação se insere.

O Relatório de Atividades SubEP/NECCEP 2023 traz um importante recorte da atuação institucional ao longo do ano passado. Mais de 21 mil pessoas foram atendidas pelo NECCEP por meio dos nossos canais eletrônicos, da nossa estrutura presencial e da nossa atuação nos estabelecimentos prisionais do estado de Pernambuco.

Em sua primeira edição, a publicação também nos permite ver que os esforços para ampliação das atividades tem propiciado o fortalecimento da ideia de cidadania criminal para além dos desafios meramente processuais.

Estas informações são valiosas. Afinal, é através da observação que poderemos planejar os próximos passos. O NECCEP espera que este trabalho colabore para o fortalecimento institucional da Defensoria Pública como principal agente de defesa na execução penal, contribuindo para um sistema carcerário em que pessoas não sofram por violações a direitos básicos além do cumprimento da pena.

Michel Seichi Nakamura Defensor Público do Estado Subdefensor da Execução Penal Michelline Alexandre Lobato Borges
Defensora Pública do Estado
Coordenadora do NECCEP

Atendimento à População

O Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal conta com canais já reconhecidos para recepcionar a população carcerária e seus familiares. Os atendimentos são realizados tanto em nosso prédio na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1450, quanto nos estabelecimentos prisionais pelos defensores responsáveis.

De março à primeira quinzena de dezembro, foram contabilizados 21.050 atendimentos ao todo distribuidos da seguinte maneira:

NECCEP	8.520
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	12.530
TOTAL DE ATENDIMENTOS	21.050



MUTIRÕES



MUTIRÕES

SUBEP/NECCEP 2023



MUTIRÃO DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL NO CRA -CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESTE

Realizado nos dias 30 e 31 de março. Na ocasião foram feitos pedidos de antecipação do regime aberto, antecipação do livramento condicional, encaminhamentos de saúde e afins. Foram atendidas 368 pessoas privadas de liberdade.

2

MUTIRÃO INTERNO REALIZADO NO CREED -CENTRO DE REEDUCAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

Realizado no dia 19 de abril. As atividades consistiram em uma análise da situação jurídica de de 28 presos. Foi organizado um esforço conjunto para realizar todas as audiências de procedimentos administrativos disciplinares pendentes.

MUTIRÃO DE HCS EM RELAÇÃO AO PJALLB -PRESÍDIO JUIZ ANTÔNIO LUIZ LINS DE BARROS

Depois de receber os casos das defensoras lotadas no PJALLB, o núcleo procedeu à avaliação dos processos de execução penal, resultando no protocolo de 49 Habeas Corpus ao término da atividade.

MUTIRÃO INTERNO DO NECCEP NA PPBC PENITENCIÁRIA PROFESSOR BARRETO CAMPELO

4

Diante de dois episódios de tumulto em menos de um mês e atendendo a um pedido de apoio da Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco, realizamos nos dias 12 e 13 de abril um mutirão emergencial para verificar a situação processual de 608 apenados.





1.004

MUTIRÕES

SUBEP/NECCEP 2023

MUTIRÃO DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL NO CRA - CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESTE







MUTIRÃO INTERNO REALIZADO NO CREED - CENTRO DE REEDUCAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO



MUTIRÃO INTERNO DO NECCEP NA PPBC - PENITENCIÁRIA PROFESSOR BARRETO CAMPELO







INSPEÇÕES PRISIONAIS



INSPEÇÕES

SUBEP/NECCEP 2023

MARÇO 2023 - PRESÍDIO DE TACAIMBÓ





ABRIL 2023 - PRESÍDIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO





MAIO 2023 - PRESÍDIO PRESÍDIO DESEMBARGADOR AUGUSTO DUQUE (PESQUEIRA)





INSPEÇÕES

SUBEP/NECCEP 2023

JULHO 2023 - CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESTE (CANHOTINHO)





SETEMBRO 2023 - PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES (ARCOVERDE) E PRESÍDIO DE SALGUEIRO





SETEMBRO 2023 - PENITENCIÁRIA DR. EDVALDO GOMES (PETROLINA)







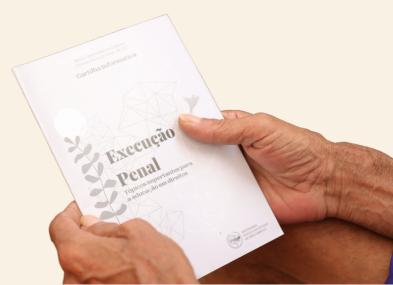
ATUAÇÃO COLETIVA



Atuação Coletiva

Com o objetivo de ampliar sua área de atuação, a Subdefensoria de Execução Penal e o Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal têm desenvolvido diversas atividades em parceria com instituições internas e externas, promovendo diálogos que ultrapassam as questões meramente processuais.

- Participação no Grupo de Trabalho (GT) de documentação civil para presos e egressos, incluindo a formalização de ofício à Secretaria de Direitos Humanos;
- Atuação conjunta em ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco,
 Ministério Público de Pernambuco, Defensoria Pública de Pernambuco e
 Centro POP para o atendimento de pessoas em situação de rua;
- Realização de palestras em bibliotecas comunitárias sobre educação em direitos (Projeto desenvolvido pelo NUDPDH, no qual atuamos como parceiros);
- Elaboração de peça para a inte<mark>rdição do semiaberto Colônia Penal</mark> Feminina de Abreu e Lima;
- Participação em Grupos de Trabalho (GTs) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre documentação civil de pessoas presas e egressas, e direitos da população LGBTQIAPN+ no cárcere;
- Envolvimento nos Conselhos da Comunidade da VEPEC, 1ª Vara de Execução Penal e 3ª Vara de Execução Penal;
- Atuação em GT e em reuniões ampliadas para o trabalho com presos e egressos;
- Recomendação administrativa para a realização imediata da reforma das quatro celas escuras existentes no Presídio de Vitória de Santo Antão (PVSA).





O projeto "Conexões pela Liberdade", iniciado em 2022, evoluiu e expandiu sua atuação ao longo do tempo, agregando parceiros como o Libertas Elas, Grupo Além das Grades, GTP+, e a SERES.





Com três edições bem-sucedidas em 2023, a iniciativa liderada pela Subdefensoria de Execução Penal visa aproximar-se das pessoas privadas de liberdade e garantir a efetivação de direitos por meio de abordagens diversificadas.

A proposta destaca-se pela atuação conjunta e institucional. Além da assessoria jurídica relacionada à situação carcerária, o projeto busca incorporar ações adicionais da Defensoria Pública e de parceiros institucionais. As atividades incluem o oferecimento de oficinas educativas em direitos e temáticas, atividades culturais, serviços de saúde e estéticos. O próposito é proporcionar acesso a direitos e combater o esquecimento e isolamento social no ambiente prisional.

1º ED. CONEXÕES PELA LIBERDADE NA COLÔNIA PENAL FEMINININA DE ABREU E LIMA



A 1ª ed. do Projeto Conexões pela Liberdade em 2023 aconteceu no dia 31 de maio na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima - CPFAL. **Todas as 297 pessoas privadas de liberdade na CPFAL foram atendidas** e no mesmo dia aconteceram palestras sobre os "Direitos e Deveres das Mulheres Presas" (1ªVEP/TJPE); "Monitoramento Eletrônico" (CEMER); "Cartas de Liberdade" (Liberta Elas); "Autocuidado e Saúde Mental" (PRPS/UFPE); "Faltas Disciplinares (AdG/UFPE); "Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção Combinada" (GTP+) e "Direito de Família" (DPPE).

2º ED. CONEXÕES PELA LIBERDADE NO PRESÍDIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO



A 2ª ed. anual do Conexões pela Liberdade aconteceu no dia 20 de setembro. Na ocasião, defensores públicos, assessores e integrantes do Grupo Além das Grades (UFPE) realizaram **380 atendimentos à pessoas privadas de liberdade** no Presídio de Vitória de Santo Antão. Antes, no dia 17 de agosto, as defensoras públicas Samara Borges e Michelline Lobato fizeram uma apresentação voltada à educação em direitos com o tema "Defensoria Pública e direito das pessoas privadas de liberdade em cumprimento de prisão provisória ou definitiva". As atividades contaram com o apoio da SERES.

3° ED. CONEXÕES PELA LIBERDADE NO PRESÍDIO DR. RORINILDO DA ROCHA LEÃO (PALMARES)



A última etapa do "Conexões pela Liberdade" em 2023 ocorreu nos dias 05 e 06 de dezembro no Presídio Dr. da Leão, Rorinildo Rocha em Palmares. programação abrangeu oficinas conduzidas pelos parceiros SERES, AdG, Liberta Elas, GTP+ e CEMER no primeiro dia e a realização de um casamento coletivo com o apoio do Mundo dos Cabeleireiros, seguido por um segundo dia dedicado exclusivamente ao atendimento de pouco mais de 1000 pessoas privadas de liberdade, atuação de proporção inédita e sem precedentes em âmbito nacional.

12

Cômputo em Dobro da Pena

Após a solicitação de extensão dos efeitos feita pela Defensoria Pública de Pernambuco no Habeas Corpus 208.337, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, através da decisão do Ministro Edson Fachin, determinou a aplicação do cômputo em dobro da pena a todas as pessoas privadas de liberdade que estiveram ou estão no Complexo Penitenciário do Curado. Para efetivar essa decisão, o NECCEP iniciou, ainda em 2022, um mutirão específico para avaliar a aplicabilidade da medida aos detentos de cada estabelecimento prisional no estado de Pernambuco, protocolando os pedidos nos casos em que houve passagem pelo Complexo do Curado. Ao longo do ano de 2023, o mutirão englobou os seguintes presídios: PAISJ, PPBC, PIT, PIG, PDEPG e PJPS.

UP	PEDIDOS PELA DPE	PEDIDOS PELA ASSESSORIA DA SERES OU ADV. PARTICULAR	PPLs SEM PASSAGEM NO PPAB/CURADO OU PRESOS PROVISÓRIOS	CASOS Analisados	MÊS DO Mutirão
PAISJ	636	337	674	1.647	jan/23
PPBC	388	66	70	538	jan e fev/23
PIT	519	223	514	1.290	mar/23
PIG	255	115	266	785	mar/23
PDEPG	324	41	85	450	fev/23
PJPS	30	3	45	82	mar/23

Total de pedidos realizados/DPE-PE em 2023: **2.152**Total de casos analisados em 2023: **4.792**



Nota-se a diminuição acentuada no número de presos do Complexo do Curado, declinando de 4.625 em agosto de 2022 para 1.709 em dezembro de 2023. Em síntese, verifica-se um **impacto de menos 2.916 pessoas privadas de liberdade** ao longo desse intervalo temporal.

ENCAMINHAMENTOS





Durante o ano de 2023, as variadas iniciativas promovidas pelo NECCEP resultaram em diversos encaminhamentos, frequentemente formalizados por meio de ofícios dirigidos a distintos órgãos e instituições. Tais diligências visam assegurar os direitos daqueles considerados hipervulneráveis e seus familiares.

- Ofício e reunião solicitando transporte coletivo para familiares no PIT2.
- Ofício à SERES abordando inspeções defensoriais nas unidades prisionais de Pernambuco e direito à assistência material.
- Ofício à SERES sobre o acesso à educação para pessoas privadas de liberdade em Pernambuco.
- Ofício à SERES referente a inspeções defensoriais nas unidades prisionais de Pernambuco e direito à água potável.
- Ofício à Direção do PABA requerendo informações e providências quanto à inclusão de PPLs em cela de isolamento por tempo superior ao previsto legalmente.
- Ofício à Direção do PABA solicitando atendimento médico e odontológico para uma lista específica de presos.
- Ofício à SERES para aquisição de fogões para o PABA (entregues) e reforma da caixa d'água.
- Ofício à SERES para aquisição de fogões para o PABA (entregues) e reforma da caixa d'água.
- Ofício ao PIT para criação de mais equipes multidisciplinares, deferido com a inclusão de uma nova equipe.

Destaca-se, ainda, a atuação estratégica consistente na criação de modelo de HC para casos de excesso de prazo na realização do exame criminológico e modelo de impugnação dos laudos do cômputo em dobro.

É fundamental esclarecer que muitos desses ofícios são reflexos da abordagem estratégica proveniente das inspeções prisionais conduzidas por este núcleo e subdefensoria. Portanto, a manutenção de um calendário anual de inspeções e a elaboração constante de relatórios são indispensáveis para mapear a realidade do sistema penitenciário pernambucano.

Dentro da programação da Caravana dos Direitos Humanos, projeto do Governo Federal que visa a avaliação das condições carcerárias em todo o Brasil, com um foco especial nas questões humanitárias que afetam o sistema prisional, o NECCEP, por meio da sua Coordenadora, a Defensora Pública Michelline Lobato, juntamente com o Defensor Público-Geral, Henrique Seixas, participou de uma **reunião com o Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida e representantes do Gabinete de crise do Complexo Prisional do Curado**, na sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A caravana visitou as três unidades do Complexo Prisional do Curado.









Em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública de Pernambuco, promovemos nos dias 28, 29 e 30 de agosto, um **Curso de Capacitação em Execução Penal**. Durante os três dias os participantes contaram com aulas sobre encaminhamentos administrativos, cálculos em excecução penal, multa penal, penas restritivas de direito (PRD) e procedimentos administrativos disciplinares (PAD).

As aulas foram ministradas por Patrick Cacicedo, Defensor Público em São Paulo, José Flávio Ferrari, professor de Direito de Execução Penal, Glauco Mazetto, Defensor Público em São Paulo, Cahue Urdiales, Defensor Público do Mato Grosso do Sul e André Giamberardino, Defensor Público-Geral do Estado do Paraná.













No âmbito de uma proposta liderada pelo Núcleo de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, foram promovidas duas **rodas de diálogo em bibliotecas comunitárias**, abordando temas como os direitos das pessoas presas e os deveres e direitos no contexto de abordagens policiais. Essa iniciativa se junta a outras da Defensoria voltadas para a promoção da educação em direitos, estabelecendo um contato direto com a população ao adentrar diretamente nos territórios.







AGRADECIMENTOS



AGRADECIMENTOS

Assim como Lia de Itamaracá proclamava ao afirmar: "Minha ciranda não é minha só, ela é de todos nós", o trabalho empreendido aqui não constitui um esforço individual, mas sim uma empreitada coletiva.

Esta construção conjunta conta com a colaboração dedicada dos membros desta defensoria, nossos estagiários e parceiros. Destacam-se entre eles a **Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco** (SERES), o **Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo** (GTP+), o **Liberta Elas**, a **Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas** (RENFA), o **Grupo Além das Grades**, a **Universidade Federal de Pernambuco** (UFPE) e o **Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos** (NUDPDH) desta defensoria. Expressamos nosso mais sincero agradecimento por acreditarem na eficácia do nosso trabalho.

















Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DE PERNAMBUCO - 2023





Maria Luiza Ramos Vieira Santos

m- L+ 12. V. 9.

Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública de Pernambuco Foram realizados 4 cursos de capacitação/seminário, expostos a seguir:

- 1. Curso de Formação dos Defensores Públicos de Pernambuco realizado no mês de julho de 2023.
- 2. Curso de Capacitação em Execução Penal promovido pelo Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal (NECCEP), realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2023 100 inscritos Links:
 - 2.1 https://www.youtube.com/live/gRBtrj5XbsI?si=uXzOB12anOOY9bTR
 - 2.2 https://www.youtube.com/live/BayP1XkcMoo?si=bMJj9l6KrYKZ1MUh
 - 2.3 https://www.youtube.com/live/4eLzJSZLm5s?si=530j98F6CcP8yG1a
 - 2.4 https://www.youtube.com/live/GHIRYql0YoA?si=lZOvPwm3He-3LnGV
 - 2.5 https://www.youtube.com/live/8sIUdKN52iQ?si=nIp3JfhyKGSJyMvw
 - 2.6 https://www.youtube.com/live/uvOdysI447k?si=gvp5Dv z510MzdfK

Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal (NECCEP) e a Escola Superior da Defensoria Pública de

Pernambuco promovem:

Curso de Capacitação em Execução Penal

28, 29 e 30 de agosto de 2023

Realização:















Curso de Capacitação em Execução Penal

Aula 01

28/08 10h às 12h

Encaminhamentos administrativos

Ministrante:

PATRICK CACICEDO

Defensor Público em São Paulo, mestre, doutor e pós-doutorando em Direito Penal pela Universidade de São Paulo



Realização:

Apoio:











Aula 02

28/08 18h às 20h

Cálculos em Execução Penal

Ministrante:

JOSÉ FLÁVIO FERRARI

Professor de Direito de Execução Penal. Especialista em Direito de Execução Penal (CEI) e Direito Penal e Criminologia (PUC/RS).



Realização:









Curso de Capacitação em Execução Penal

Aula 03

29/08 10h às 12h

Multa

GLAUCO MAZETTO

Defensor Público do Estado de São Paulo; Assessor Criminal e Infracional da Defensoria Pública-Geral do Estado de São Paulo; Membro colaborador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores da DPESP; Membro do Conselho Deliberativo do PROVITA/SP; Membro do Conselho de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de São Paulo Professor de cursos para carreiras jurídicas e da Escola de Assistência Jurídica da ESA/OABSP.



Realização:









Curso de Capacitação em Execução Penal

Aula 04

29/08 14h às 16h

PRD - Penas restritivas de direitos

Ministrante:

CAHUE URDIALES

Público, Coordenador Membro do Consello Penitenciário de Mato Grosso do Sul.









Apoio:

Realização:









- 3. Seminário Lei Henry Borel e a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar: Os desafios para implementação pelo sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente promovido pelo Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), realizado no dia 27 de setembro de 2023, de 9h às 18h 90 inscritos
 - 3.1 Link 1: https://www.youtube.com/live/DTxx4038FCM?si=9xgVy6dXb38Dn7vp
 - 3.2 Link 2: https://www.youtube.com/live/hnmrdvlnqk4?si=v1btobeR5-NiTZ3O







- 4. Seminário sobre a aplicabilidade da autocomposição de litígio no judiciário realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2023 86 inscritos Link:
 - 4.1 https://www.youtube.com/live/O4j5CbVhxs4?si=JzEmeKiUQhekd-a6
 - 4.2 https://www.youtube.com/live/oMd DuVcCKQ?si=aIYxkCtRF9UahQSA
 - 4.3 https://www.youtube.com/live/Z0juyj-VaPM?si=R15MDAHw OT3kwbv











<u>Programação</u>

12/12/2023 TERÇA-FEIRA

12h - 14h Intervalo para almoço



14h - 16h

Mecanismos de autocomposição extrajudicial de conflitos na Defensoria Pública do Rio de Janeiro

Christiane Serra Ferreira - Defensora Pública e mediadora de conflitos. Coordenadora de Mediação e Práticas Extrajudiciais da Defensoria Publica do Rio de Janeiro e Pósgraduada em Transformação de Conflitos e Estudos de Paz, com ênfase no Equilíbrio Emocional

Estudo comparativo das experiências debatidas

O EVENTO SERÁ REALIZADO NO AUDITÓRIO LOCALIZADO NA DEFENSORIA PÚBLICA - ED. EMPRESARIAL PROGRESSO, AV. MANOEL BORBA, 640 - BOA VISTA, RECIFE/PE

Realização:









Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado

SUBDEFENSORIA DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS



RELATÓRIO DA SUBDEFENSORIA DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

COMPOSIÇÃO: NÚCLEO DE RECURSOS CÍVEIS NÚCLEO DE RECURSOS CRIMINAIS

GABRIEL GONÇALVES LEITE

Subdefensor de Recursos Cíveis e Criminais

ELIZABETE AGUIAR DA FONSECA XAVIER

Coordenadora do Núcleo de Recursos Criminais

MARIANNA GRANJA DE OLIVEIRA LIMA RODRIGUES

Coordenadora do Núcleo de Recursos Criminais

RECIFE 01/12/2023



1. REFORMULAÇÃO ADMINISTRATIVA.

A Subdefensoria de Recursos Cíveis e Criminais, dada a complexidade que envolve sua rotina, demanda alta qualificação do seu corpo de servidores. Para a realização de todos os atos administrativos e colaboração na confecção das minutas processuais, é indispensável que toda a rede de apoio tenha formação jurídica, razão pela qual foi realizada a substituição dos administrativos anteriores por profissionais com expertise jurídica. Atualmente, esta Subdefensoria conta com uma equipe administrativa composta exclusivamente por pessoas com formação jurídica.

2. ATENDIMENTO ÀS PARTES.

A Subdefensoria de Recursos, embora tenha sua sede localizada na Capital, tem abrangência em todo o Estado de Pernambuco.

No passado, muitos assistidos, à procura de atendimento (em algumas situações apenas para a entrega de um singelo documento) precisavam, não raras vezes, deslocar-se de sua cidade à Capital.

De tal forma, paralelamente ao obrigatório atendimento presencial, foi franqueado aos usuários da Defensoria Pública um canal virtual de atendimento (via *Whatsapp*), permitindo maior proximidade dos Núcleos Recursais com a população das cidades da região metropolitana e do interior, conferindo, assim, maior acessibilidade à assistência jurídica prestada.

Com a medida adotada, houve aumento expressivo do número de atendimentos em ambos os núcleos que integram a Subdefensoria de Recursos. No curso deste ano, até o final do mês de novembro, o Núcleo de Recursos Cíveis e o Núcleo de Recursos Criminais, juntos, realizaram, segundo dados extraídos da plataforma SOLAR, um total de **2.439 atendimentos**, o que demonstra o comprometimento e eficiência da Subdefensoria de Recursos na prestação de serviços à população pernambucana.



3. METODOLOGIA DE TRABALHO. ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE ACORDO COM AS VALÊNCIAS DE CADA DEFENSOR.

Com o propósito de aperfeiçoar a dinâmica do trabalho e alcançar a excelência em resultados, a metodologia de trabalho, na atual gestão, foi reformulada.

À semelhança do que já ocorre com os demais núcleos, a divisão de trabalho passou a ser por módulos temáticos, proporcionando ao Defensor Público especialização em determinado segmento de sua preferência.

Para o Núcleo de Recursos Cíveis, a atual gestão, alinhada à divisão feita pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, idealizou dois grupos de atuação: **Câmaras Cíveis** e **Câmaras de Direito Público**.

Já para o Núcleo de Recursos Criminal, foram criados três módulos temáticos, quais sejam: 1°) Grupo temático do **Júri**; 2°) Grupo temático do **Tráfico**; 3°) Grupo temático relativo aos Delitos **Patrimoniais**.

Conforme será demonstrado no item pertinente, a modificação de metodologia representou notável avanço de produtividade e excelência.

4. MONITORAMENTO DE DADOS. DIVULGAÇÃO DAS ATUAÇÕES VITORIOSAS POR MEIO DE BOLETINS INFORMATIVOS.

Até a metade do ano de 2022, inexistiam controle e mapeamento de dados da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco nos Tribunais Superiores.

Periodicamente, realiza-se um <u>levantamento interno</u>, quantitativo e qualitativo, no qual se identifica as matérias que têm sido objeto de recurso, e se há êxito ou insucesso naquele tipo de atuação. A partir desse monitoramento, as principais vitórias têm sido divulgadas internamente por meio de um Boletim Informativo Técnico, contribuindo, assim, na padronização e excelência da atuação de toda a Defensoria Pública.

O <u>primeiro boletim</u> foi publicado em 02 de março de 2023. O segundo e mais recente boletim está sendo finalizado e será publicado no site oficial da instituição.



Merece destaque, ainda, o volumoso número de Reclamações Cíveis interpostas pelo Núcleo de Recursos Cíveis perante o STJ acerca de demandas de saúde, em que se pleiteou a manutenção da competência do juízo contra o qual a parte autora demandou inicialmente. Foi desenvolvida uma <u>planilha</u> para fins de acompanhamento dos resultados das referidas reclamações, os quais têm sido majoritariamente favoráveis.

5. ATUAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

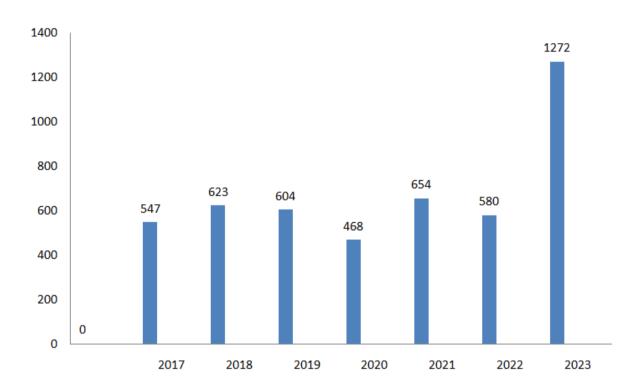
Apesar de ainda não ser expressiva, a atuação da Defensoria Pública de Pernambuco no Supremo Tribunal Federal já vem sendo ampliada.

Segundo levantamento realizado a partir do site do Supremo, temos 90 processos autuados em nome da nossa instituição. Em maio de 2022, data do início da gestão atual, a mesma pesquisa indicava a existência de apenas 52 processos ao longo de toda nossa história. Dessa forma, em um período de aproximadamente um ano e meio, o quantitativo de processos quase dobrou.

É preciso ter em mente que a chegada de processos ao Supremo Tribunal Federal leva tempo, pois exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Com base nos dados coletados recentemente, estima-se, no próximo ano, robusta expansão da nossa atuação no Supremo. Houve, especialmente a partir do segundo semestre, significativo aumento de agravos internos contra decisões monocráticas perante o STJ. Consoante planilha de relatório extraída do Solar, a quantidade de agravos internos, que eram inexistente até o mês de abril, saltou para um total de 206 agravos entre os meses de julho e novembro do corrente ano.



6. GRÁFICO COMPARATIVO DE DESEMPENHO DA DPPE NO STJ



Com fins de acompanhar a evolução na atuação desta Subdefensoria perante o Superior Tribunal de Justiça, fizemos um levantamento, no site do STJ, de todas as ações e recursos em que a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco figura como parte.

Entre os anos de 2017 e 2022, a média anual era aproximadamente de 580 processos.

Neste ano, a partir da reformulação da metodologia, já contabilizamos 1272 processos até o mês de novembro, restando, portanto, mais um mês (Dezembro) a ser acrescentado às estatísticas.

Passamos, igualmente, a ocupar posição de destaque no Painel de BI do STJ.

O referido painel oferece múltiplas perspectivas sobre a atuação das Defensorias.

Merece destaque os índices (volume de processos e percentual de reforma) quando a Defensoria atua no polo ativo, isto é, quando tem ela a inciativa do recurso ou da ação originária no STJ.

Nesse cenário, além de figurar na primeira metade mais produtiva, a Defensoria Pública



de Pernambuco se notabiliza pelo alto de índice de reforma, um dos maiores de todo o país.

Vejamos o último painel enviado (dados até setembro de 2023):

DPSP	10463	33,22%
DPRJ	3228	25,09%
DPMG	2961	31,96%
DPRS	2585	31,93%
DPBA	2005	4,65%
DPSC	1890	25,21%
DPU	1671	16,48%
DPGO	1069	29,06%
DPDF	1037	11,29%
DPMS	1016	42,26%
DPAL	934	16,40%
DPPE	932	37,04%
DPES	735	21,10%
DPPI	630	6,90%
DPPA	527	27,57%
DPSE	507	17,89%
DPPR	504	34,15%
DPTO	436	15,28%
DPRO	424	5,82%
DPMT	382	18,97%
DPCE	212	14,38%
DPMA	181	22,41%
DPAM	149	40,43%
DPRN	126	13,92%
DPAC	98	38,36%
DPAP	45	5,71%
DPPB	27	38,10%
DPRR	5	
Total	34779	26,46%

Temos, entre as 28 Defensorias Públicas que são monitoradas, o 5º maior índice de reforma de todo o país. Se considerarmos apenas o segmento de maior produtividade (Defensoria Pública autora de mais de 500 recursos/ações originárias), temos o 2º maior índice de reforma do país.



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS E SETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL - DPPE

EXERCÍCIO 2023

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL Henrique Costa da Veiga Seixas

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO Clodoaldo Battista de Sousa

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL JURÍDICO Dandy de Carvalho Soares Pessoa

CORREGEDOR-GERAL Manoel Jerônimo de Melo Neto

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO Joaquim Fernandes Pereira da Silva

CHEFE DE GABINETE João Duque Correia Lima Neto

SUBDEFENSOR CÍVIL E CRIMINAL DO INTERIOR Rafael Bento de Lima Neto

SUBDEFENSOR DE CAUSAS COLETIVAS Rafael Alcoforado Domingues

SUBDEFENSOR CÍVEL DA CAPITAL José Fabrício Silva de Lima

SUBDEFENSOR CRIMINAL DA CAPITAL José Wilker Rodrigues Neves

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DA REGIÃO METROPOLITANA José Inaldo Gonçalves Cavalcanti Júnior

SUBDEFENSOR DA EXECUÇÃO PENAL Michel Seichi Nakamura

SUBDEFENSOR DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS Gabriel Gonçalves Leite

SUBDEFENSORA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO Jeovana Carmen de Melo Colaço

ASSESSORIA DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO Fátima Maria Alcântara do Amaral Meira

COORDENADORA DA UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS Ana Karla Vanderlei Cavalcanti Perez

OUVIDORA-GERAL Liliana Maria Cabral de Barros

I- IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1- Apresentação

O presente Relatório é parte integrante da Prestação de Contas Anual, relativa ao exercício de 2023, apresentando as ações promovidas pela Unidade de Recursos Humanos e Setor de Pagamento de Pessoal da Defensoria Pública de Pernambuco no exercício de 2023, na busca do cumprimento de sua missão institucional e desempenho da gestão.

2- A Defensoria Pública de Pernambuco

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco é o órgão que cumpre o DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas de um advogado. Essa gratuidade abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extra-judiciais.

A assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes é direito e garantia fundamental ao cidadão, conforme inserido no art. 5° da Constituição da República, no inciso LXXIV. Essa assistência é imposta à União, aos Estados e ao Distrito Federal através da Defensoria Pública, determinando que a Defensoria Pública seja instalada em todo o país, nos moldes da lei complementar nº 132/2009, prevista no parágrafo único do art.134.

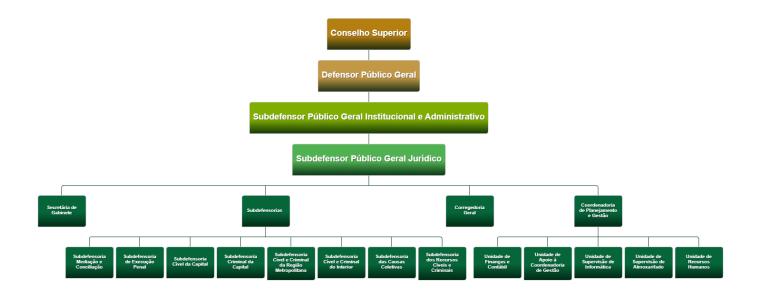
2.1. Mapa Estratégico Organizacional da DPPE

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco tem por finalidade a execução das competências, atividades e funções direcionadas à população que não tenha condições financeiras, tais como as citadas logo abaixo:

- Promover, judicial e extrajudicialmente, a defesa dos interesses pessoais, sociais e patrimoniais das pessoas pobres, na forma de lei, individuais;
- Atuar como curador especial, nos casos previstos em lei;
- Exercer a defesa da criança e do adolescente;
- Atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais;
- Assegurar aos seus assistidos, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral, a ampla defesa com os recursos e meios a ela inerentes;

- Atuar junto aos juizados especiais cíveis e criminais, na defesa dos interesses das pessoas carentes e economicamente desfavorecidas;
- Patrocinar os direitos e os interesses do consumidor lesado, observado o princípio de atendimento às pessoas pobres.

2.2. Estrutura Organizacional da DPPE



II- INTRODUÇÃO

O presente Relatório constitui o registro das principais ações e atividades realizadas no ano de 2023. Além do mais, este documento relata o desempenho das ações da Unidade de Recursos Humanos e Setor de Pagamento de Pessoal da Defensoria Pública de Pernambuco. O relatório versa, também, acerca dos principais avanços do Setor.

III- PRINCIPAIS ATIVIDADES

Neste item, destacam-se as ações desempenhadas pela Unidade de Recursos Humanos no ano de 2023:

- 1. Conclusão da digitalização de todo acervo (pastas funcionais dos membros da DPPE);
- 2. Otimização do trâmite de processos e requerimentos de interesse dos membros e servidores, minimizando deslocamentos, diligências, entre outros.

- 3. Elaboração semanal do relatório de afastamento de membros da DPPE, facilitando as diligências da Corregedoria Geral;
- 4. Elaboração da lista de antiguidade dos Defensores Públicos;
- 5. Elaboração semanal de relatório oriundo da lista de antiguidade dos Defensores Públicos, otimizando as atividades do Gabinete;
- 6. Elaboração de minuta de portarias de concessão de férias (gozo, interrupção, suspensão); licenças (tratamento de saúde, tratamento de saúde familiar, licença maternidade e paternidade, licença prêmio concessão e gozo, licença nojo, licença gala, Licença eleitoral); afastamentos (licença sem vencimentos, licença para exercício de mandato eletivo, licença para estudo, licença para congresso); exoneração, anotação de tempo de serviço, concessão de folgas (gozo e alteração);
- 7. Atualização semanal no SEI das fichas funcionais dos defensores através das publicações do Diário Oficial, com certidões.
- 8. Atualização semanal na rede, com data de DOE da das fichas funcionais dos defensores através do Diário Oficial.
- 9. Atualização da tabela de férias, feita através de solicitações dos defensores.
- 10. Atualização da tabela de cargos comissionados publicada no Diário Oficial.
- 11. Atualização da tabela de lotação, acumulação e exercício publicada no Diário Oficial, e envio para os setores da defensoria.
- 12. Atualização da tabela de endereço, e-mail e telefones.
- 13. Atualização da tabela de aposentados.
- 14. Atualização no livro recorte do Diário Oficial.
- 15. Atualização da tabela de licença prêmio, feitas através de solicitações dos defensores.
- 16. Atualização da tabela de exonerados.
- 17. Atualização da tabela de falecidos.
- 18. Atualização do Sistema SOLAR.
- 19. Elaboração de despachos, relatórios e rotinas administrativas no SEI.
- 20. Atendimento presencial dos membros da Defensoria Pública.
- 21. Acompanhamento mensal do quadro de Defensores Públicos na iminência de aposentadoria.
- 22. Elaboração de ofícios e documentos junto à FUNAPE no processo de aposentadoria dos Defensores Públicos.
- 23. Organização das pastas e fichas funcionais físicas, arquivadas na Unidade de Recursos Humanos da Defensoria.
- 24. Organização e acompanhamento mensal dos colaboradores voluntários.
- 25. Elaboração de expedientes relativos à posse de novos Defensores;
- 26. Manter o controle cadastral das acumulações de cargos e funções;

- 27. Preparar e expedir formulários às instituições de previdência social e outros exigidos pela legislação;
- 28. Preparar atos relativos à situação funcional de membros, servidores e colaboradores voluntários;
- 29. Controlar o limite de idade dos membros e servidores para fins de aposentadoria, o limite de tempo para concessão automática de abono de permanência e os requisitos para concessão de vantagens do cargo;
- 30. Preparar atestados e certidões relacionadas à frequência de membros e servidores;
- 31. Apurar o tempo de serviço para todos os efeitos legais e expedir as respectivas certidões.
- 32. Planejar, coordenar, executar, gerar e controlar os processos relativos à folha de pagamento de pessoal da DPPE, incluindo Defensores, Servidores, Pensões Alimentícias e Estagiários;
- 33. Ativos: Implantar, lançamentos, cálculos de atrasados, férias, restituições, verbas rescisórias e desligamentos, gratificação de acumulação, auxílios alimentação e saúde, acompanhamento de dependentes para o IR, conferência da folha, emissão de relatórios mensais, envio através do SEI, relatórios para transferência do valor da folha, Implantação e atualização de senhas do portal do servidor para extração do contra -cheque.
- 34. Fornecer relatórios gerenciais quando solicitados, no tocante a cargos, em comissão e funções gratificadas; processar, realizar e acompanhar as atividades relacionadas aos benefícios e consignações;
- 35. Monitorar mensalmente e efetuar alteração necessárias de vencimentos, gratificação de acordo com reajustes salariais ou o plano de cargos, carreiras e vencimentos(PCCV);
- 36. Atender presencialmente ou por outros meios de comunicação servidores ou estagiários (dúvidas e esclarecimentos);
- 37. Transferir servidores da atividade para inatividade; ativar ou desligar servidores da folha de pagamento;
- 38. Elaborar e monitorar planilhas de ressarcimento, referente a cessões de servidores;
- 39. Acompanhar publicações em Diário Oficial, bem como registro e alterações de afastamentos que impactam a folha de pagamento;
- 40. Monitorar os afastamentos publicados, para que não estejam divergindo com o sistema de RH;
- 41. Incluir na folha de pagamento novos servidores, conforme nomeação em Diário Oficial, cadastro e lançamento de verbas;
- 42. Ajustar mensalmente cálculos de desconto dos Planos de saúde, UNIMED, ODONTO CLIN e SASSEPE, quando houver reajuste salarial, faixa etária dos titulares e dependentes, bem como enviar relatórios individuais de retorno mensalmente;

- 43. Estagiários: Implantar, lançamentos, cálculos de atrasados, recessos, restituições, verbas rescisórias e desligamentos, conferência da folha de estagiários, emissão de relatórios mensais, envio através do SEI, relatórios para transferência do valor da e folha transmissão de arquivos.
- 44. Emitir declarações, certidões de rendimento, fichas financeiras e cobranças de débitos de estagiários;
- 45. Monitorar, controlar, cadastrar e desligar os cargos comissionados suas nomeações e exonerações, respectivamente;
- 46. Monitorar, controlar e implantar as designações e dispensas das funções gratificadas;
- 47. Acompanhar os processos através do Sistema Eletrônico de Informação SEI que geram alterações na folha de pagamento;
- 48. Gerenciar e alimentar o Sistema do módulo de Pessoal das Unidades Gestoras ao TCE SAGRES;
- 49. Processar e transmitir DIRF, RAIS e GFIP;
- 50. Monitorar os reajustes salariais, de gratificações e alterações de tabelas salariais no sistema SADRH;
- 51. Margem consignada: Downloads de arquivos de movimento financeiro pelas Empresas Consignatárias, atualização e senhas, acompanhamento de margens, ajustes de percentuais e conferências. Submissão de arquivos de margens e retorno mensalmente para liberação de margens ao servidor.

IV- PRINCIPAIS AVANÇOS

Neste item, podemos destacar a nova composição da Unidade de Recursos Humanos e do Setor de Pagamento de Pessoal e os avanços promovidos em 2023:

SETOR	AVANÇOS	RESPONSÁVEIS
Unidade de Recursos Humanos e Setor de Pagamento de Pessoal	 Assessoraria aos demais órgãos e unidades 	Ana Karla Cavalcanti
	em processos de seleção de cargos em	Pérez – Defensora
	comissão e serviço voluntário;	Pública
	Realização de programas de acolhimento e	Thiago Moreira
	integração de servidores em situação de	Fernanda Torres
	ingresso, admissão, transferência,	Alice Santana
	reintegração e readaptação;	Rosa Campos
	Atualização e aperfeiçoamento de métodos e	Carmem Veiga
	técnicas de seleção e integração em recursos	Viviane Marque

humanos; • Rosangela Cadena

- Realização de atendimentos, reuniões e visitas técnicas, bem como levantamento de dados e informações relativos aos recursos humanos e processos de trabalho para fins de análise institucional e desenvolvimento de ações junto aos órgãos e unidades da Defensoria;
- Realização de monitoramento sistemático das perícias médicas junto à SAD de membros e servidores afastados por motivo de ausência médica e tratamento de saúde;
- Estimular, desenvolver e apoiar atividades, programas e projetos que propiciem atuação conjunta dos membros, servidores e estagiários da Defensoria;
- Realização de estudos para identificar alternativas de atuação que visem o aprimoramento do processo comunicacional e relacional em órgãos e unidades da Defensoria.
- Acolher e orientar, oferecendo suporte individualizado e coletivo para melhorar a saúde e o bem-estar dos servidores.
- Estabelecer ações para melhoria do clima organizacional, incentivando a comunicação aberta, o trabalho em equipe, o reconhecimento do desempenho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.
- O setor de folha de pagamento da DPPE tem como propósito organizar e registrar valores referentes às remunerações dos Defensores, Servidores e estagiários, com os devidos descontos e acréscimos, mais também

proceder para uma melhor gestão.	

Responsável:

- Ana Karla Cavalcanti Pérez **Defensora Pública Chefe da Unidade de Recursos Humanos**
- Thiago Moreira
- Fernanda Torres
- Alice Santana
- Rosa Campos
- Carmem Veiga
- Viviane Marque
- Rosangela Cadena

RELATÓRIO DA SUBDEFENSORIA CÍVEL DA CAPITAL - AVANÇOS EM 2023

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, com devido acatamento e respeito, venho, por meio deste, apresentar o relatório das principais ações desenvolvidas ao longo do ano de 2023 pela Subdefensoria Cível da Capital.

Inicialmente, quero agradecer aos nossos colaboradores, administrativos e estagiários, Defensoras e Defensores Públicos e bem ainda aos Coordenadores dos Núcleos vinculados à Subdefensoria Cível da Capital, pelo engajamento, dedicação, profissionalismo e eficiência na execução diária de suas respectivas atribuições que resultaram em melhorias significativas nos serviços oferecidos à população, conforme detalhado a seguir:



AUMENTO SIGNIFICATIVO NOS ATENDIMENTOS

Em comparação com o ano de 2022, a Subdefensoria registrou um aumento notável no número de atendimentos realizados.

Os dados demonstram um crescimento de 51,97% (Cinquenta e um inteiros e noventa e sete centésimos) por cento no volume de atendimentos prestados à população na Capital do Estado, indicando um impacto positivo no acesso à justiça e na garantia dos direitos dos assistidos.

Importante destacar que os dados foram consolidados de maio/22 a nov/22, em razão do marco inicial de operação do sistema SOLAR (que passou a ser de uso obrigatório a partir de maio/22), mantendo-se tal período como referência, para fins de maior fidelidade das amostras estatísticas.

MESES	2022	2023
Janeiro a Dezembro	29.695	45.156*





AMPLIAÇÃO NA ESTRUTURA FÍSICA

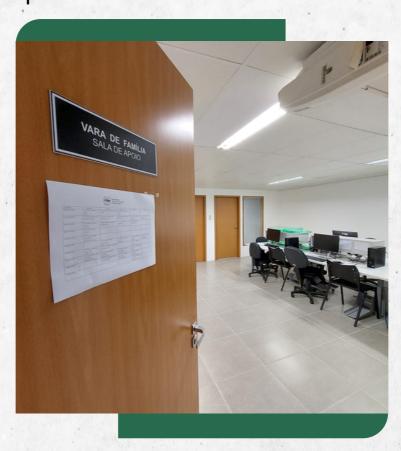
Durante o ano corrente, ocorreram significativas melhorias e expansão da estrutura física da Subdefensoria Cível da Capital. Isso inclui a abertura de novos espaços de atendimento e a renovação das instalações existentes para otimizar os processos internos. Tal iniciativa teve como objetivo principal oferecer um ambiente mais confortável e eficiente para os assistidos, como também uma infraestrutura moderna e funcional, aliada a uma equipe qualificada e capacitada. Segue abaixo as principais intervenções na melhoria da estrutura física:

- Ampliação da estrutura física do Núcleo de Sucessões, situado no 6º andar da Sede Cível da Capital.





- Criação da Sala de Apoio para Membros e colaboradores com atuação nas Varas de Família da Capital, situada no 5º andar da Sede Cível da Capital.



- Reestruturação do Núcleo dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital, situado no Fórum Benildes de Souza Ribeiro.





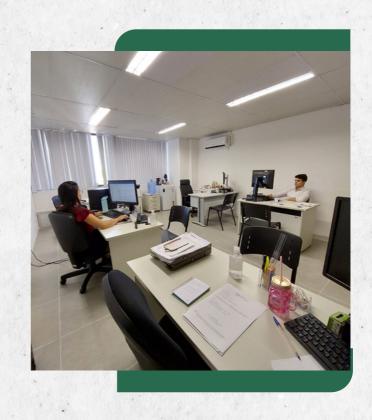
- Ampliação da estrutura física do Setor de Registro Tardio, situado no 6º andar da Sede Cível da Capital.





- Ampliação da estrutura física da Sala de Apoio da Subdefensoria Cível da Capital, situada no 6º andar da Sede Cível da Capital.







REALOCAÇÃO DOS DEFENSORES VINCULADOS AO CEJUSC

Uma das mudanças mais relevantes foi a realocação estratégica dos Membros que atuavam no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para os Núcleos da Subdefensoria Cível da Capital. Essa integração, realizada em virtude da Decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.324, que reconheceu a facultatividade da presença de Advogados e Defensores(as) Públicos(as) nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, permitiu uma oxigenação nos Núcleos beneficiados, possibilitando um suporte mais abrangente aos assistidos, contribuindo assim para a resolução mais célere e eficaz das demandas.

A distribuição dos Membros se deu da forma discriminada abaixo.

DEFENSORES PÚBLICOS	NÚCLEOS BENEFICIADOS
ANTONIETA WOINA	Núcleo de Sucessões da
BANDEIRA DE MORAIS	Capital
LUCIA MARIA MENDES	Núcleo de Sucessões da
AUTRAN	Capital
GERALDO PINTO DELMAS	6º Juizado Especial Cível da Capital
HÉLIO FERNANDO DE	9º Juizado Especial Cível da
ANDRADE CAMPOS	Capital
WILTON JOSÉ DE CARVALHO	Núcleo de Família da Capital



AÇÕES DE CIDADANIA NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS DA CAPITAL

Por meio de ofício encaminhado pelo Subdefensor de Execução Penal, Michel Seichi Nakamura, foi solicitado atendimento para demandas jurídicas extrapenais da população privada de sua liberdade.

A fim de cumprir a solicitação, a Subdefensoria Cível da Capital promoveu uma Ação de Cidadania no Presídio Bom Pastor no dia 07 de novembro de 2023, levando os serviços de orientação jurídica, promoção de ações de família e registro tardio às presas privadas de liberdade.

Essa iniciativa não só evidencia o comprometimento em assegurar o acesso à justiça para a população carcerária, mas também enfatiza a importância de garantir assistência jurídica abrangente, considerando não apenas os aspectos penais, mas também as demandas cíveis que possam afetar a vida e os direitos de quem se encontra privado de sua liberdade.







AVANÇOS REALIZADOS PELA SUBDEFENSORIA CÍVEL DA CAPITAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SUBDEFENSORIA CÍVEL DA CAPITAL VISANDO O APRIMORAMENTO DOS TRABALHOS:

- A Subdefensoria Cível da Capital esteve presente no dia 27 de outubro de 2023, em mais uma Caravana da Tv Jornal.



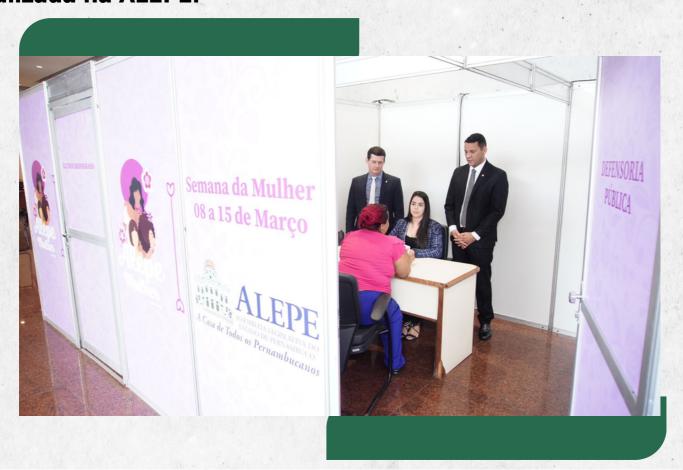
- Mutirão de demandas relativas à matéria de alimentos;



Reunião com a Subdefensoria das Causas Coletivas objetivando delimitar atribuições atinentes aos Núcleos vinculados às respectivas Subdefensorias evitando conflito negativo de atribuições;



-Participação da Subdefensoria Cível na "Semana da Mulher" realizada na ALEPE.



-Reuniões periódicas com a Coordenação do Núcleo de Primeiro Atendimento visando antecipar agenda para fins de atendimento inicial;



- Participação em Audiência Pública na ALEPE a convite do Ministério Público do Trabalho/PE para tratar do tema: Enfrentamento à Violência Sexual do Estado de Pernambuco;



 Parceria com a Subdefensoria de Mediação de Conflitos com a designação de 13 Defensores Públicos para participarem da Semana Nacional de Conciliação;





- Monitoramento das audiências vinculadas às Varas de Família da Capital objetivando cobertura de 100% das audiências designadas;
- Monitoramento das audiências vinculadas às Varas Cíveis da Capital objetivando cobertura de 100% das audiências designadas;
- Reunião com a Secretaria de Defesa Social visando estreitar parcerias e otimização de fluxos de trabalho no acesso da segunda via do RG;
- Realização de Palestra na Unidade de Educação Integrada (UNEDIN) sobre o tema: Tutela e Curatela relativamente às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA);



AVANÇOS REALIZADOS
PELOS NÚCLEOS
VINCULADOS À
SUBDEFENSORIA CÍVEL DA
CAPITAL

NÚCLEO CÍVEL DA CAPITAL

1.RETORNO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL

Sob a recomendação da Subdefensoria Cível, as Defensoras e Defensores Públicos com atuação no Núcleo Cível da Capital retomaram os atendimentos no formato presencial, trazendo consigo uma gama de benefícios para os assistidos. O contato direto e pessoal permitiu uma interação mais próxima e empática, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das necessidades dos cidadãos. Esse retorno presencial não só fortaleceu os laços de confiança entre os assistidos e toda equipe de trabalho, mas também facilitou o processo de orientação jurídica, proporcionando um ambiente acolhedor e eficaz para a resolução das demandas apresentadas.

Vale salientar que o atendimento remoto ainda subsiste, tendo em vista as facilidades oferecidas, mas é uma alternativa complementar ao atendimento presencial.

2.RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE - 2023

Traremos abaixo o relatório de produtividade detalhado, relativo ao ano de 2023. Salienta-se que o mês de Dezembro é uma projeção tendo em vista que não temos dados conclusivos na data em comento.

						NU	CIV						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Anual
ATEND.	477	385	536	364	472	314	453	517	371	463	437	399	5188
AÇÕES	226	160	175	90	165	95	89	161	106	112	78		1457
AUDIÊNCIAS	0	15	10	21	13	13	7	14	15	15	13		136
Total Mensal	703	560	721	475	650	422	549	692	492	590	528	399	6781

NÚCLEO DE FAMÍLIA E REGISTRO CIVIL DA CAPITAL

1.RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE - 2023

Traremos abaixo o relatório de produtividade detalhado, relativo ao ano de 2023. Salienta-se que o mês de Dezembro é uma projeção tendo em vista que não temos dados conclusivos na data em comento.

						NU	FAM						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Anual
ATEND.	2.193	1.419	2.485	1.881	2.355	1.592	2.389	2.868	2.336	2.244	2.028	1.982	25772
AÇÕES	359	304	496	380	632	328	551	574	386	448	432		4890
AUDIÊNCIAS	5	15	9	17	8	10	24	14	20	19	17		158
Total Mensal	2.557	1.738	2.990	2.278	2.995	1.930	2.964	3.456	2.742	2.711	2.477	1.982	30820

2. PARCERIA COM A FACULDADE UNINASSAU PARA ESTÁGIO VOLUNTÁRIO

A parceria estabelecida entre a Subdefensoria Cível e a Faculdade Uninassau revelou-se importante na promoção da cooperação acadêmica e no fortalecimento dos serviços oferecidos pelo Núcleo de Família.

A captação de estagiários voluntários provenientes das Universidades não apenas enriqueceu o quadro de colaboradores, mas também proporcionou aos estudantes uma valiosa oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos na prática.



3. PARCERIA DO NÚCLEO DE FAMÍLIA NO PROJETO "MEU PAI TEM NOME"

A Defensoria Pública de Pernambuco realizou no dia 19 de agosto de 2023, uma grande campanha para reconhecimento de paternidade, o projeto "MEU PAI TEM NOME".

O Núcleo de Família da Capital desempenhou um papel crucial nessa nobre causa ao disponibilizar pessoal dedicado, incluindo administrativos e estagiários, que contribuíram ativamente para o êxito da campanha. Durante a campanha foram atendidos as cidadãs e os cidadãos interessados em fazer reconhecimento espontâneo de paternidade por meio da solicitação de exame de DNA.



NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CAPITAL

1.RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE - 2023

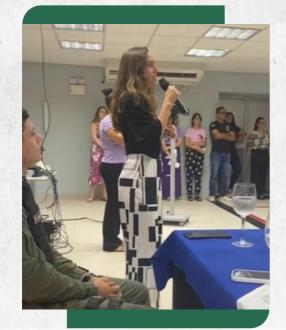
Traremos abaixo o relatório de produtividade detalhado, relativo ao ano de 2023. Salienta-se que o mês de Dezembro é uma projeção tendo em vista que não temos dados conclusivos na data em comento.

						NUL	DECA						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	NUC	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Anual
ATEND.	96	62	148	133	146	119	174	148	113	122	123	115	1499
AÇÕES	16	3	14	4	58	12	28	18	15	27	67	0 8	262
AUDIÊNCIAS	11	4	2	3	12	16	6	6	0	5	21		86
Total Mensal	123	69	164	140	216	147	208	172	128	154	211	115	1847

2.INCLUSÃO AO 1ª ATENDIMENTO REMOTO

A inclusão do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente ao 1º Atendimento da Capital representa um passo significativo rumo à eficiência e à abrangência dos serviços oferecidos.

Embora não compartilhem o mesmo edifício, a integração desses setores promove um acesso mais célere aos serviços essenciais para os assistidos. Essa inclusão não apenas simplifica o processo de agendamento, mas também facilita a colaboração entre equipes, promovendo a unificação das informações e controle estatístico futuro de dados na área da Infância e Juventude da Capital.





3.PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTERNAS

- Participação em reuniões do GTGMT;
- Participação na reunião do Programa Acolher;
- Participação em reuniões com equipes técnicas dos Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), ocorridas no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, com presença do Ministério Público e do Poder Judiciário;
- Participação em reuniões do Conselho do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE);
- Participação em palestra aos socioeducandos engajados em Liberdade Assistida;
- Realização de vistorias na residência concedida pela Prefeitura da Cidade do Recife aos índios venezuelanos da etnia Warao;
- Realização de visitas esporádicas à Unidade de Atendimento Inicial (UNIAI).



NÚCLEO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA CAPITAL

1.RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE - 2023

Traremos abaixo o relatório de produtividade detalhado, relativo ao ano de 2023. Salienta-se que o mês de Dezembro é uma projeção tendo em vista que não temos dados conclusivos na data em comento.

						NU	JEC						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Anual
ATEND.	323	345	379	419	520	348	386	489	445	505	407	380	4946
AÇÕES	72	59	53	59	64	53	32	67	48	44	48		599
AUDIÊNCIAS	2	23	12	16	27	15	13	25	19	19	18		189
Total Mensal	397	427	444	494	611	416	431	581	512	568	473	380	5734

2.REESTRUTURAÇÃO DOS FLUXOS DE TRABALHO

A Subdefensoria Cível juntamente com o NUJEC estão em tratativas avançadas para a reestruturação dos fluxos de trabalho, a fim de melhorar o atendimento prestado pelo Núcleo.

3.PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS REMOTAS

Alinhamento de trabalho juntamente com o 9º Juizado Especial Cível da Capital, visando a participação em audiências remotas que dependiam da participação da Defensoria Pública.

SETOR DE REGISTRO TARDIO

1.RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE - 2023

Traremos abaixo o relatório de produtividade detalhado, relativo ao ano de 2023. Salienta-se que o mês de Dezembro é uma projeção tendo em vista que não temos dados conclusivos na data em comento.

					NÚCLE	DE RE	GISTRO	TARDIO					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Anual
ATEND.	402	66	146	89	115	92	177	171	252	184	108	150	1952
AÇÕES	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	0		7
Total Mensal	402	66	147	89	115	92	177	171	252	190	108	150	1959

2.ATIVIDADES EXTERNAS REALIZADAS PELO SETOR DE REGISTRO TARDIO

LOCAL	ATENDIMENTOS
IGREJA METODISTA DA MADALENA	104
PRESIDIO DE IGARASSU/PE	139
COLÔNIA PENAL FEMININA DE RECIFE	109
COLÔNIA PENAL FEMININA DE BUÍQUE	45
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESTE	38
COLÔNIA PENAL FEMININA DE ABREU E LIMA	40
HOSPITAL DE CUSTÓRDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	22
PRESÍDIO DE ITAQUITINGA	68
PENITENCIÁRIA AGRO INDUSTRIAL SÃO JOÃO – ITAMARACÁ/PE	43
PRESÍDIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE	56
PRESÍDIO ÊNIO PESSOA GUERRA LIMOEIRO-PE	116
PRESÍDIO FREI DAMIÃO DE BOZZANO-PE	12
PRESÍDIO PROFESSOR BARRETO CAMPELO - PE	53
PRESÍDIO RORENILDO DA ROCHA LEÃO - PE	54

















NÚCLEO DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA CAPITAL

1.RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE - 2023

Traremos abaixo o relatório de produtividade detalhado, relativo ao ano de 2023. Salienta-se que o mês de Dezembro é uma projeção tendo em vista que não temos dados conclusivos na data em comento.

						NU	SUC						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total Anual
ATEND.	919	654	844	689	825	493	722	682	502	484	341	596	7751
AÇÕES	54	35	49	81	41	36	31	148	69	93	120		757
AUDIÊNCIAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		1
Total Mensal	973	689	894	770	866	529	753	830	571	577	461	596	7751

Em resumo, os avanços conquistados ao longo de 2023 refletem o comprometimento em promover melhorias nos Núcleos vinculados à Subdefensoria Cível da Capital. Continuaremos empenhados em aprimorar nossas práticas e buscar novas estratégias para melhor atender às demandas da comunidade.

Atenciosamente,

JOSÉ FABRÍCIO SILVA DE LIMA Subdefensor Cível da Capital



COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CIDADANIA



COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CIDADANIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2023

As ações de cidadania tem como objetivo atender de modo itinerante os usuários da Defensoria Pública, disponibilizando serviços jurídicos gratuitos para a população em situação de vulnerabilidade. A realização das ações reforçam o compromisso social da Defensoria Pública, previsto como missão constitucional (CF, art. 134) de promover direitos humanos e a defesa dos direitos daqueles que necessitem, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

No início do ano de 2023, foi aberta consulta aos membros interessados em participar dos programas de cidadania (Edital n. 003/2023). Como resultado do referido edital foi publicada, no Diário Oficial de 11/03/2023, lista com os nomes de 37 (trinta e sete) membros que demonstraram interesse em participar das ações de cidadania, vinculadas aos programas institucionais.

Somam-se aos referidos membros, inúmeros colaboradores dos mais diversos setores que se colocam à disposição para participar voluntariamente das ações. Nesse passo, a partir desse empenho coletivo, a Coordenação de Programa de Cidadania, desenvolveu e/ou colaborou com a realização de **130 (cento e trinta) ações de cidadania em todo Estado de Pernambuco, totalizando 7.464 atendimentos.**

Durante o ano de 2023, além de **Recife**, foram contemplados diversos bairros e comunidades de cidades que integram a Região Metropolitana, quais sejam: **Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Camaragibe, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Ilha de Itamaracá**.

No interior do estado, as cidades de Água Preta, Belém de Maria, Bezerros, Bonito, Carpina, Caruaru, Catende, Cortês, Escada, Garanhuns, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Limoeiro, Palmares, Parnamirim, Petrolina, Ribeirão, Santa Cruz do Capibaribe, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão, sediaram ações de cidadania da Defensoria Pública. Contemplando-se, ao todo, 23 municípios e inúmeros bairros e comunidades de cidades com maior densidade populacional. Senão, veja-se:

CIDADE	BAIRROS
Recife	Água Fria, Alto José Bonifácio, Areias, Barro, Boa Viagem, Boa Vista, Brasília Teimosa, Brejo de Beberibe, Campina do Barreto, Casa Amarela, Casa Forte, Cidade Universitária, Cordeiro, Córrego do Jenipapo, Curado I, Dois Irmãos, Dois Unidos, Fundão, Guabiraba, Ibura, Imbiribeira, Ipsep, Iputinga, Jardim São Paulo, Joana Bezerra, Jordão Alto, Madalena, Marco Zero, Morro da Conceição, Nova Descoberta, Passarinho, Pina, San Martin, Santo Amaro, Santo Antônio, Torrões, UR-1, Várzea e Vasco da Gama.
Jaboatão dos Guararapes	Cajueiro Seco, Cavaleiro, Centro, Conjunto Muribeca,



	Curado II, Curado III, Floriano, Malvinas, Manassu, Muribequinha, Pacheco, Santo Aleixo, Sucupira, Vila Dois Carneiros e Zumbi do Pacheco.
Olinda	Águas Compridas, Alto da Conquista, Jardim Brasil II, São Benedito e Sítio Novo.

Vale destacar também que entre as ações realizadas, algumas foram destinadas a atender temáticas específicas, tais como **mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, pessoas com espectro autista e outras síndromes**, bem como as ações voltadas à **população impactada pelas fortes chuvas em municípios da Mata Sul do Estado**. Essas últimas, inclusive, a partir do estreitamento de parcerias com o Governo do Estado de Pernambuco.

O ano ficou marcado também pela realização de **Termo de Cooperação Técnica entre a Defensoria Pública e o Grupo Neoenergia**. A parceria passou a viabilizar a participação do Grupo Neoenergia nas ações de cidadania, agregando serviços sociais gratuitos da empresa, tais como: a) troca de Lâmpadas antigas (incandescentes, fluorescentes compactas e halógenas) por lâmpadas LEDs gratuitamente; b) cadastro da fatura digital; c) pagamentos da conta de energia via cartão de crédito, débito ou PIX; d) Parcelamentos das contas de energia através de cartão de crédito em até 24x; e) palestras sobre como economizar energia e utilizar de forma segura; e f) cadastro da Tarifa Social de Energia Elétrica (Baixa Renda).

Também em 2023 a Defensoria Pública passou a realizar ações de cidadania nas "CARAVANAS DA TV JORNAL". Os eventos, realizados pela TV Jornal, Rádio Jornal e outras empresas e entidades, em bairros do Recife, contam, agora, com a Van de Direitos - equipamento móvel Defensoria Pública do Estado de Pernambuco destinado a realizar atendimentos jurídicos de forma itinerante em áreas de difícil acesso ou sem estrutura para a realização de atendimento em espaços físicos preexistentes.

Vale registrar que, neste ano, as ações de cidadania passaram a disponibilizar em algumas pautas a realização de exame de DNA. A coordenação junto às respectivas Subdefensorias (Interior, Região Metropolitana e Capital), em articulação, passaram a garantir a realização de DNA de forma descentralizada. Na capital, o destaque foi o projeto nacional "MEU PAI TEM NOME", que ocorreu com a participação integrada do Setor de DNA, Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital, Subdefensoria de Mediação e Conciliação e Subdefensoria Cível da Capital.

Ademais, foram realizadas 05 ações grandes ações de cidadania nas cidades de Petrolina, Serra Talhada, Garanhuns, Caruaru e Igarassu, em comemoração aos 25 anos da Defensoria Pública.

Por fim, destaca-se a realização dos **"CASAMENTOS COMUNITÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA"**. O evento foi realizado em parceria com o Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça, ocasião em que foram celebrados, de forma simultânea, o casamento de 500 casais. Os registros dão conta de ter sido a maior cerimônia de casamento coletivo da história do Estado.

A seguir, serão apresentados os destaques das principais atividades envolvendo as ações de cidadania da Defensoria Pública de Pernambuco, durante o ano de 2023.



AÇÕES COMEMORATIVA DOS 25 ANOS

Em comemoração aos 25 anos da Defensoria Pública, em que presta assistência jurídica à população pernambucana de forma integral e gratuita, foram realizadas no mês de maio, ações comemorativas nas cidades de **Petrolina, Serra Talhada, Garanhuns, Caruaru e Igarassu.**



As ações demonstraram a capacidade de articulação da Defensoria Pública, que promoveu os eventos a partir de inúmeras parcerias. A exemplo de Caruaru, foram realizadas parcerias com o **Governo do Estado, Prefeitura de Caruaru, Uninassau, ASCES, UNIFAVIP, Grau Técnico, SDS, Procon, Compesa, Neoenergia, Detran, ANOREG e ARPEN.** Nesta ação, que contou com a presença da governadora e vice-governadora do estado, Raquel Lyra e Priscila Krause, respectivamente, bem como do prefeito de Caruaru, foram disponibilizados inúmeros serviços gratuitos, garantindo atendimento a aproximadamente 2.000 (duas mil pessoas).







Concluindo em Igarassu, onde foram oportunizadas inscrições para o casamento comunitário e atendimento especializado para alteração de nome, as ações



comemorativas aos 25 anos da Defensoria Pública, ficaram marcadas pela multiplicidades de serviços disponibilizados à população em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, destaca-se a oferta descentralizada de exames de DNA, bem como os serviços de emissão de carteira de identidade, e a participação da Neoenergia e Compesa em todas as ações.







TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA E O GRUPO NEOENERGIA

O Termo de Cooperação Técnica, firmado este ano, entre a Defensoria Pública e o Grupo Neoenergia, tem como objetivo ampliar a variedade de serviços oferecidos nas ações de cidadania. Com a assinatura do convênio, as Ações de Cidadania realizadas como resultado desta parceria, passou a oferecer serviços de conscientização e mudanças de hábitos no consumo de energia, trocas das lâmpadas ineficientes por LED, através do programa 'Energia com Cidadania' e cadastros no programa 'Tarifa Social de Energia'.

A parceria entre a Defensoria Pública de Pernambuco e a Neoenergia reforçou o compromisso das instituições em promover a cidadania e garantir o acesso aos direitos fundamentais da população mais vulnerável. Por meio das ações conjuntas, conseguiremos facilitar o acesso a serviços básicos e essenciais, bem como atendimento qualificado e efetivo para essas pessoas, garantindo o pleno exercício da cidadania.







PROJETO MEU PAI TEM NOME - ATENDIMENTOS CONCENTRADOS DE DNA

A ação do **"Meu Pai Tem Nome"** integra a campanha nacional do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), e tem como missão promover o reconhecimento voluntário de paternidade, e assegurar o acesso ao



direito fundamental de inclusão dos nomes do pai e da mãe no registro de nascimento da criança.

Na ação, realizada em cooperação com o Núcleo de Primeiro Atendimento, Subdefensoria de Mediação e Subdefensoria Cível da Capital, foram realizados **944 atendimentos**, envolvendo os serviços de exames de DNA, abertura dos resultados de exames feitos anteriormente, sessões de conciliação e mediação familiar, orientações jurídicas concernentes ao direito de família e sucessões, bem como orientações da filiação afetiva.







EXAME DE DNA NAS AÇÕES

No ano de 2023, nas ações comemorativas aos 25 Anos da Defensoria Pública foi implementado o serviço de DNA. O objetivo é realizar de maneira gratuita para aqueles que necessitam o procedimento de investigação de paternidade, a fim de solucionar extrajudicialmente e com maior celeridade eventuais conflitos entre as partes.

O serviço, iniciado com um pré-agendamento no núcleo respectivo, oportuniza aos interessados a coleta de material genético para fins de realização de exame de DNA, com objetivo de realizar-se o reconhecimento voluntário e extrajudicial da paternidade.

Nesse contexto, após a ação, em dia previamente designado, as partes encaminham-se ao Núcleo da Defensoria Pública local para a abertura do resultado de DNA, e, em sendo o caso, realiza-se sessão de mediação ou conciliação, através da própria Defensoria.

Durante o ano, a partir das ações realizadas, foram efetivados **142 (cento e quarenta e dois) exames de DNA**, impactando em mais de centenas de famílias envolvidas.

DEFENSORIA PÚBLICA NA CARAVANA DA TV JORNAL

No ano de 2023 a Defensoria Pública firmou parceria com a TV JORNAL e passou a acompanhar a "CARAVANA DA TV JORNAL". Os mutirões realizados pela Caravana contam com a prestação de serviços do Sistema Jornal do Comércio, levando serviços de saúde, educação e entretenimento no Grande Recife.

A Defensoria Pública já esteve presente, junto à CARAVANA DA TV JORNAL, ao longo de 2023, em diversos bairros da cidade do Recife (Pina, Torrões, Barro, San Martin e Arruda). **Ao todo, foram realizados 301 (trezentos e um) atendimentos.**

A parceria fortaleceu ainda mais o contato mais direto com os assistidos, e destacou a importância de ampliar o acesso à informação sobre os serviços que a



Defensoria Pública presta, tais como a orientação jurídica, o encaminhamento para 2º via de registros, a habilitação para casamento e o ingresso/acompanhamento de ações judiciais.





CASAMENTO COMUNITÁRIO

No dia 12 de junho, no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, conhecido como "Geraldão", foi celebrada a união de 500 casais, sendo considerado **o maior casamento coletivo da história de Pernambuco**. A iniciativa da Defensoria buscou promover e garantir os direitos fundamentais dos assistidos que almejavam formalizar sua união, em uma parceria firmada com o Governo do Estado de Pernambuco, a Prefeitura do Recife, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco e a Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

A equipe das ações de cidadania e muitos outros voluntários dos mais diversos setores da Defensoria Pública (Gabinete do DPG, Subdefensorias e Núcleos) participaram ativamente auxiliando na organização da cerimônia, no dia do evento.







<u>AÇÕES DESTINADAS ÀS MULHERES - NUDEM</u>

O ano de 2023 contou com ações de cidadania realizadas com objetivo de atender de forma prioritária as mulheres, tratando especificamente da temática relacionada à defesa das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Tais ações foram realizadas em cooperação com a equipe do Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUDEM).



Na sequência, foram realizadas ações junto à Secretaria da Mulher do Recife e a Secretaria da Mulher de Ipojuca. Foram promovidas também, junto ao grupo Mulheres do Brasil, duas ações de cidadania em Abreu e Lima e no bairro de Boa Viagem, na cidade do Recife. A Defensoria Pública e a Secretaria Estadual da Mulher disponibilizaram serviços, em razão do dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher, no bairro de Brasília Teimosa, no Recife. Essas ações buscam proporcionar um ambiente seguro às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como fornecer um atendimento especializado.

Por fim, foi realizada ação temática na Cidade de Parnamirim, localizada no Sertão do Estado, em alusão aos 21 dias de ativismo contra a violência doméstica. A ação contou com parceria entre a Defensoria Pública, Delegacia da Mulher, IITB e Secretaria Municipal da Mulher.







ACÕES DESTINADAS À POPULAÇÃO IMPACTADA PELAS CHUVAS NA MATA SUL

O ano de 2023 foi marcado por fortes chuvas na região da Mata Sul do Estado, causando prejuízos a centenas de pessoas residentes em áreas afetadas. Diante desse contexto, a Defensoria Pública organizou ações de cidadania junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção às Drogas (SDSCJPVD), destinadas a realizar atendimento emergencial a essas pessoas. Foram contempladas com as ações as seguintes cidades: **Ribeirão, Jaqueira, Bonito, Palmares e Água Preta.**







AÇÕES DESTINADAS ÀS PESSOAS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA OU NEURODIVERSIDADE

No Dia Mundial de Conscientização do Autismo foi realizada uma ação de cidadania, em colaboração com a Subdefensoria de Causas Coletiva e em parceria com o Coletivo Afeto no bairro do Marco Zero,





voltada à conscientização acerca da importância da inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no qual foram oferecidos os serviços de educação em direitos, bem como orientações jurídicas.

Em atuação conjunta ao Núcleo da Saúde Coletiva, foram também realizados atendimentos concentrados, destinados a 50 (cinquenta) mães de crianças com alguma deficiência ou neurodiversidade, promovendo orientação jurídica especializada na área de saúde, indo até a comunidade para facilitar os atendimentos.



AÇÕES DESTINADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+

Em colaboração com o Núcleo de Direitos Humanos, foi realizada ação de cidadania na **15º Parada da Diversidade do Recife**. Na ocasião, além de orientações jurídicas sobre demandas da população LGBTQIA+, foi feita a distribuição da cartilha " Me chame pelo meu nome", que visou orientar a população trans e travesti sobre o procedimento para o reconhecimento legal de nome e/ou gênero nos cartórios.



ESTRUTURAÇÃO E EQUIPAMENTOS

Com o notório crescimento e expansão das ações de cidadania, foi necessário adquirir materiais a fim de aprimorar e agilizar os atendimentos aos assistidos. Atualmente, as Ações de Cidadania contam com 02 (duas) unidades móveis, quais sejam, o ônibus e a Van dos Direitos.







O ônibus passou por uma nova adesivação e, atualmente, conta com modem de *internet*, ar-condicionado e *notebook*, tornando a prestação do serviço mais confortável e ágil para os assistidos, além da capacidade de realização de 04 (quatro) atendimentos



simultâneos. Assim, o ônibus foi amplamente utilizado em todas as ações de destaque deste ano, inclusive nas ações realizadas em cidades do interior do estado.







A van dos direitos, por sua vez, oportunizou e ampliou os atendimentos realizados nas ações de cidadania, através da facilitação de acesso a lugares mais remotos e com estrutura precária, cuja infraestrutura não comportaria o ônibus, uma vez que a van conta com gerador próprio, ar-condicionado, impressora, *internet* e *notebook* aptos para a realização de um efetivo atendimentos aos assistidos.

Finalmente, é importante registrar que a Defensoria Pública recebeu reconhecimento oficial da Câmara de Vereadores de Serra Talhada que aprovou uma Moção de Aplausos em decorrência da ação realizada naquela cidade, no dia 25 de maio de 2023. Igualmente, foi formalizado agradecimento pelo Comando da 7ª Região Militar do Nordeste (CMNE) - Exército Brasileiro, em razão da participação da Defensoria Pública e pelos serviços prestados nas Ações de Cidadania que ocorreram nos dias 25 e 26 de novembro, na cidade de Carpina.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

RELATÓRIO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM) 2023





"Tudo começa e termina na comunicação"

A comunicação é uma ferramenta essencial para a Defensoria Pública de Pernambuco, pois permite que a instituição se relacione com a imprensa e público em geral, reforçando os princípios e atribuições da DPPE. A comunicação estratégica é importante porque ajuda a construir e a manter uma imagem positiva da instituição na mídia. Aparecer em mídias como Tv, rádio e jornais gera credibilidade e aumenta o valor da marca. Além disso, a comunicação estratégica ajuda a encontrar pautas quentes e manter um relacionamento redação, para presente com a entrevistas não fiquem esquecida na gaveta.



Dany Amorim Coordenadora da Ascom



Henrique Paparazzo Fotógrafo



Eduardo Nicéas

Publicitário



Artur Lima

Jornalista



Pedro Cunha Jornalista



Raiedilly Silva

Jornalista



Diego Neves Estagiário de Design G.

1. Ações estratégicas

- 1.1 Ações Inéditas
- ✓ Encontro com todos diretores gerais dos principais veículos do estado.





✓ Parceria constante com um veículo de TV: Caravana Tv Jornal











1. Ações estratégicas

1.1 Ações Inéditas

✓ Coluna fixa quinzenal de Artigos no Jornal do Commercio







1. Ações estratégicas

1.1 Ações Inéditas







2. Campanha de Interiorização da Comunicação

CBN CARUARU TV GRANDE RIO TV ASA BRANCA















3. Uso assertivo da clipagem ao publicar nas redes sociais, fortalecendo assim, os três públicos da Defensoria: Interno, político e externo. Inclusive, sendo referência para o TJPE, MPCO - PE e outras defensorias.









4. Cerimonial

A assessoria de comunicação também atuou no **cerimonial** dos eventos da Defensoria









5. Construção da imagem da Defensoria como fonte de notícia e pautas para os veículos de comunicação







6. Relações Públicas no âmbito institucional e político















7. Fortalecimento da imagem positiva da Defensoria.

•Em 2023, a ASCOM entreviu em 4 crises de comunicação e conseguiu evitar 18 matérias negativas da instituição em relação.

8. Clipagem Geral

• Em 2023, a Defensoria esteve na mídia externa mais de $120\,$ vezes, uma média de $10\,$ aparições por mês. Confira a seguir as pautas abordadas em cada mês.



8. Clipagem Geral

DPPE NA MÍDIA

Janeiro

- Defensoria Pública de Pernambuco e Neonergia firmam acordo para acelerar atendimento (10 blogs publicaram a matéria)
- Atendimento para demandas de vagas de creche. Entrevista com Dr.Debli para a Tv Globo e a Tv Jornal
- Entrevista do Dr.Clodoaldo Battista para a Rádio Jornal Tema: Justiça para os mais vulneráveis
- Atendimento para demandas de vagas de creche. Entrevista com Dr.Rafael Alcoforado para a Rádio Jornal
- Alepe firma parceria coom Defensoria para implantação do Balcão de Direitos.
 (Publicada no Blog Elielson)



Fevereiro

DPPE NA MÍDIA

- Ação de Cidadania da Defensoria. Entrevista com Dr.Wilker Neves para a Tv Globo, Tv Tribuna e Tv Jornal
- Convênio entre Defensoria e Neoenergia. Entrevista com Dr.Fernando Jordão para a Rádio Jornal
- Em decisão inédita em Pernambuco, Defensoria reconhece a identidade "não binárie" no registro civil. Matéria publicada na Folha de Pernambuco
- Pernambuco reconhece a identidade "não binárie" no registro civil. Matéria publicada no Diario de Pernambuco
- Justiça reconhece a identidade "não binárie" no registro civil. Matéria publicada no G1 PE
- Defensoria promove Mutirão de Paternidade em Jaboatão dos Guararapes. Entrevista do Dr.José Inaldo para Rádio Jornal e Type
- Defensoria reconhece a identidade "não binárie" no registro civil. Entrevista para a Type
- Defensoria realiza Mutirão de Paternidade em Jaboatão dos Guararapes. (5 blogs publicaram essa máteria)

Março

DPPE NA MÍDIA

- Defensoria promove Mutirão de Paternidade em Jaboatão dos Guararapes. Entrevista do Dr.José Inaldo para a Tv Globo
- A importância dos órgãos públicos para a sociedade. Participação do Dr.Henrique Seixas no Debate na CBN, com Aldo Vilela
- Mutirão de atendimento para pensão alimentícia. Entrevista com a Dra. Jeovana Colaço para a Tv Globo
- Vagas de Estágio para a Defensoria. Matéria publicada no Portal de Prefeitura

Abril

- Álvaro Porto garante apoio da Alepe a planos de ampliação da Defensoria Pública de Pernambuco (10 blogs publicaram a notícia)
- Casamento Comunitário. Entrevista com o Dr.Henrique Seixas para a Tv Globo



Maio

- Defensoria recebe homenagem na Câmara pelos seus 25 anos. (4 Blogs publicaram, entre eles,
 Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio
- Casamento Comunitário. Entrevista para a Tv Guararapes
- Da pensão do meu filho, eu não abro mão. Entrevista da Dra.Jeovana Colaço para a Tv Globo
- Livro aborda finanças aicadas para a área medica. Nota com a foto do Dr. Henrique Seixas e Dr.Gustavo Massa no Jornal do Commercio
- Defensoria realiza ação de cidadania em Petrolina pelos 25 anos da instituição. Portal de Petrolina, Nevaldo Alves
- Defensoria realiza ação de cidadania em Petrolina. Entrevista para a Tv Grande Rio, filiada da Globo
- Defensores visitam a Folha. Matéria publicada pela Folha de Pernambuco
- Defensoria realiza ação de cidadania em Garanhuns. Entrevista para a Rádio Jornal



Junho

- Casamento Comunitário. Entrevista do Dr.Henrique Seixas para a Tv Globo
- Serviços da Defensoria em Petrolina. Entrevista do Dr.Joseph Brandão para a Tv Grande Rio
- Casamento Comunitário da Defensoria. Matéria publicada nos blogs da Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio
- 500 casais unidos no Dia dos Namorados. Matéria publicada nos blogs da Folha de Pernambuco e Matéria publicada pelos blogs da Folha de Pernambuco e Diario de Pernambuco
- Casamento Comunitário. Matéria exibida na Tv Guararapes
- Posse dos novos defensores. Matéria exibida na Tv Globo
- Posse dos novos defensores. Matéria publicada nos blogs do Jornal do Commercio e Alberes
 Xavier



Julho

Posse dos novos defensores. Matéria publicada nos blogs Ponto de Vista e Pernambuco

Agosto

- Ação comunitária da Defensoria Pública. Entrevista da Dra.Débora Andrade para a Tv Globo
- Ação comunitária da Defensoria. Entrevista da Dra. Carolina Barreto para a Tv Globo
- Campanha "Meu pai tem nome". Entrevista do Dr.Wilker Neves para Radio Jornal e Tv Globo, Tv Guararapes
- Campanha "Meu pai tem nome". Entrevista do Dr.Henrique Seixas para a Tv Globo
- Campanha "Meu pai tem nome". Matéria publicada nos blogs Edmar Lyra e Tribuna Online,
 Jornal do Commercio, Portal NE10 E Tv Jornal



Setembro

- Missão e como funciona a Defensoria Publica de Pernambuco. Entrevista do Dr.Henrique Seixas, Dr.Clodoaldo Battista e Dra.Dandy Pessoa para a Rádio Jornal
- O papel da Defensoria. Matéria publicada pelo Jornal do Commercio
- Defensoria atuando na proteção dos direitos dos cidadãos com deficiência. Entrevista da Dra.Nátali Brandi para a Tv Globo
- Missão e atuação da Defensoria Pública. Entrevista do Dr.Henrique Seixas para a Rádio e Blog da Folha de PE
- Caravana da Rádio Jornal. Participação da Defensoria



Outubro

DPPE NA MÍDIA

- Defensoria garante direito de interromper gestação de feto inviável. Entrevista da Dra.Mayara Cordeiro para a Rádio Jornal
- A porta dos invisíveis. Matéria especial do Diario de Pernambuco
- Os Juizados Especiais. O que são, como ter acesso?. Entrevista do Dr.Wilker Neves para a Rádio Jornal
- Exame de DNA. Entrevista do Dr.Henrique Seixas para a Tv Globo
- Defensoria Pública foi ao STF cobrar contagem das penas em dobro. Matéria especial Jornal do Commercio
- Mulher trans *queimada viva* recebe reconhecimento *de identidade de gênero*. Matéria especial Jornal do Commercio
- Ação de cidadania em Caruaru. Matéria publicada em 8 blogs de Pernambuco. 4 Entrevistas para as rádios da região
- Reportagem da Ação de cidadania, em Caruaru, exibida nos telejornais da Tv Asa Branca, filiada da Globo

Novembro

DPPE NA MÍDIA

 Defensoria presente na Caravana da Tv Jornal. Matéria publicada no Jornal do Commercio

Dezembro (Em andamento)

- Atuação da Defensoria Pública. Entrevista do Dr.Renan Santos para a Tv Asa Branca, filiada da Globo
- Balanço 2023 e projetos para 2024. Entrevista do Dr.Henrique Seixas para a Radio Folha
- Defensoria mais humanizada e ágil no atendimento. Nota publicada no jornal da Folha de Pernambuco



10.FLUXO DE TRABALHO

- No começo de cada mês a equipe faz um planejamento mensal com as datas comemorativas;
- •Todos os dias é enviada uma mensagem no grupo da Ascom com as postagens do dia e os compromissos da Defensoria;
- As reuniões da Ascom são realizadas quinzenalmente, com o objetivo de acompanhar o fluxo da assessoria;
- Após a aquisição de um veículo para Ascom, está sendo possível fazer a cobertura das ações de cidadania do final de semana.





11.REDE SOCIAL (Instagram)

• Em 2023, exploramos as novas ferramentas do instagram com o objetivo de ter mais engajamento, como por exemplo, o reels, que conseguimos atingir a marca de 22 mil visualizações.



Consense de Premoder des partires de la partire de la part	
O curso de Formação das novas Defen	soras e Defensor
III defensoriape · Áudio original	
12 de julho - Duração de 1:01	
	7 8
6527 516 15	47 8
Visão geral ①	
Contas alcançadas	5.923
Interações do reel	586
Atividade do perfil	5
Alcance ①	
5.923	
Contas alcançadas	







11.1.REDE SOCIAL (Instagram)

BALANÇO INSTAGRAM 2023

Seguidores 36.100914

Publicações (média de 76,6 por mês)

Balanço (últimos 90 dias)

Alcance - 42.858 (20,3 mil seguidores +

22,4 mil não seguidores)

Engajamento - 6.366 (5.261 seguidores +

1.105 não seguidores)

Seguidores -700 seguidores (2.556

começaram a seguir + 1.856 deixaram de



BALANÇO ALCANCE REELS (2023)

Posse 03/07 21.200 (23.650 reproduções, 3.155 curtidas, 109 comentários e 47 salvamentos)

Big Brother 17.200 (20.023 reproduções, 1.200 curtiram, 39 comentários, 219 compartilhamentos e 51 salvamentos)

Defensoria Novela 17.200 (17.010 reproduções, 1.156 curtidas, 23 comentários, 114 compartilhamentos e 59 salvamentos)

Posse 09/11 13.400 (22.648 reproduções, 1.767 curtidas, 54 comentários, 102 compartilhamentos e 22 salvamentos)

Casamento Coletivo 10.418 (915 curtidas, 44 comentários, 135 compartilhamentos e 16 salvamentos)



11.1.REDE SOCIAL (Instagram)

BALANÇO ALCANCE PUBLICAÇÕES (2023)

Estágio Direito:19.100 (2.002 curtidas, 59 comentários, 1.661 compartilhamentos e 487 salvamentos)

Registro Pessoas Não binárias: 16.100 (1360 ccurtidas, 238 comentários, 1.486 compartilhamentos e 143 salvamentos)

Cômputo em Dobro: 12.000 (1384 curtidas, 87 comentários, 592 compartilhamentos e 177 salvamentos)
Estágio Direito 11.400 (785 curtidas, 7 comentários, 363 compartilhamentos e 144

O Crime Compensa? 11.336 (1343 curtidas, 65 comentários, 575 compartilhamentos e 209 salvamentos)

PRÊMIOS INSTAGRAM

salvamentos)

Posse 03/07 Novos Defenores (Reels) - 10 mil reproduções

Campanha 1º Atendimento (Reels)- 5 mil reproduções

Corte Fernando Debli (reels) -3,5 mil reproduções





11.2.REDE SOCIAL (Facebook)

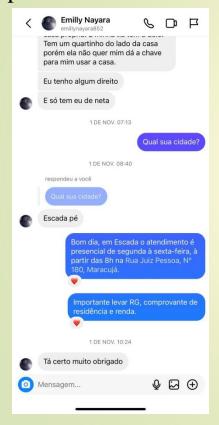
• Na página do Facebook, temos mais de 9 mil seguidores. Todas as postagens do instagram vão para o facebook.





11.3. REDE SOCIAL (envio de mensagem)

• Em 2023, retiramos do ar a mensagem automática do instagram e começamos a responder diariamente os usuários.









11.4.REDE SOCIAL (Design)

• Inovamos o design das publicações com o objetivo de atingir cada vez mais o público, usamos como referência as defensorias do Rio de Janeiro e Ceará.









11.5.REDE SOCIAL (Publicação)

• Também exploramos cards informativos no formato de "carrossel", com temas relevantes para a sociedade.







defensoriape



11.6.REDE SOCIAL (Impressões)

• Atualmente o instagram da Defensoria tem 36 mil seguidores.







11.7.REDE SOCIAL (Youtube)

•O canal do Youtube sempre é atualizado com os vídeos da Defensoria, porém, a meta em 2024 é dobrar o número de seguidores no canal. A equipe está traçando estratégia para que isso aconteça.





12. SITE

Segue abaixo, o levantamento dos números das publicações no site em 2023:

Janeiro: 37

Fevereiro: 57

Março: 85

Abril: 63

Maio: 74

Junho: 45

Julho: 48

Agosto: 67

Setembro: 53

Outubro: 54

Novembro: 46

Dezembro(até o dia 18/12): 28



Total das publicações no site no ano de 2023: <u>657 (seiscentos e cinquenta e sete).</u>



"Quando a comunicação é boa, ela informa. Quando é ótima, ela engaja e incentiva os colaboradores a agirem."

David Grossman

